

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	8
------------------------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	17
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	19
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	20
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	21
------------------------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	23
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	24
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	25
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	26
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	28
-----------------------------------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	92
--------------------------------------------------	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	96
-------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	97
---------------------------------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	98
-------------------------------------------------------------	----

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

99

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	355.906.781
Preferenciais	0
Total	355.906.781
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	3.770.435	3.899.113	242.262
1.01	Ativo Circulante	835.896	1.307.631	2.195
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	86.850	155.811	8
1.01.02	Aplicações Financeiras	436.511	515.040	0
1.01.03	Contas a Receber	9.580	2.656	45
1.01.03.01	Clientes	11	1.616	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	9.569	1.040	45
1.01.03.02.01	Conta a receber com partes relacionadas	9.569	1.040	45
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.761	9.128	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.761	9.128	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	291.194	624.996	2.142
1.01.08.03	Outros	291.194	624.996	2.142
1.01.08.03.01	Adiantamentos Diversos	555	430	68
1.01.08.03.02	Dividendos a receber	290.565	620.772	2.073
1.01.08.03.03	Outros	74	3.794	1
1.02	Ativo Não Circulante	2.934.539	2.591.482	240.067
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.287	19.240	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.831	1.776	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.831	1.776	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	17.463	0
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	17.463	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	10.456	1	0
1.02.01.10.03	Impostos e contribuições a recuperar	9.969	0	0
1.02.01.10.04	Depositos judiciais	487	0	0
1.02.01.10.05	Outros ativos não circulantes.	0	1	0
1.02.02	Investimentos	2.874.761	2.560.051	235.123
1.02.02.01	Participações Societárias	2.874.761	2.560.051	235.123
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.874.761	2.560.051	235.123

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.03	Imobilizado	766	353	6
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	766	353	6
1.02.04	Intangível	46.725	11.838	4.938
1.02.04.01	Intangíveis	46.725	11.838	4.938

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	3.770.435	3.899.113	242.262
2.01	Passivo Circulante	670.744	241.002	203.025
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.721	2.527	713
2.01.02	Fornecedores	3.335	2.060	1.238
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.335	2.060	1.238
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.337	2.138	236
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	560.474	69.121	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	560.474	69.121	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	560.474	69.121	0
2.01.05	Outras Obrigações	89.891	165.156	200.838
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.129	135	35
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	1.129	135	35
2.01.05.02	Outros	88.762	165.021	200.803
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	76.835	115.129	0
2.01.05.02.04	Titulos e obrigações em aquisições	11.927	49.892	200.803
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	986	0	0
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	986	0	0
2.01.07.02.01	Adiantamentos de clientes	986	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.493.396	2.100.853	95.500
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.482.187	1.974.270	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.482.187	1.974.270	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.482.187	1.974.270	0
2.02.02	Outras Obrigações	11.209	126.583	95.500
2.02.02.02	Outros	11.209	126.583	95.500
2.02.02.02.03	Títulos e obrigações em aquisições	11.209	126.583	95.500
2.03	Patrimônio Líquido	1.606.295	1.557.258	-56.263
2.03.01	Capital Social Realizado	355.907	355.907	11.890
2.03.02	Reservas de Capital	945.259	945.259	24.774

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.03.04	Reservas de Lucros	285.570	345.387	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-14.180
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.559	-89.295	-78.747

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	501	1.511	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-770	-1.723	-153
3.03	Resultado Bruto	-269	-212	-153
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	629.219	655.775	-11.002
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.916	-1.193	-140
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-64.237	-35.749	-5.219
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	78.394	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-302	-157
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	616.978	693.019	-5.486
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	628.950	655.563	-11.155
3.06	Resultado Financeiro	-248.245	-182.643	-2.636
3.06.01	Receitas Financeiras	70.632	59.960	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-318.877	-242.603	-2.636
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	380.705	472.920	-13.791
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	55	1.776	0
3.08.02	Diferido	55	1.776	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	380.760	474.696	-13.791
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	380.760	474.696	-13.791

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	380.760	474.696	-13.791
4.03	Resultado Abrangente do Período	380.760	474.696	-13.791

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-307.662	-138.617	-3.122
6.01.01	Lucro (prejuízo) do exercício	380.760	474.696	-13.791
6.01.02	Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa e Atualização (reversão) depósito judicial	-228	0	0
6.01.03	Depreciação e amortização (exceto arrendamentos) e Amortização direito de uso de arrendamentos	5.477	2.458	424
6.01.04	Baixa de valor residual de imobilizado e intangível e Baixa direito de uso de arrendamentos	39	0	0
6.01.05	Resultado de equivalência patrimonial	-616.978	-693.019	5.486
6.01.06	Desp Juros Emp e Finan, valor justo, Desp Finan, Desc. Receb., e Remuneração em ações	324.430	245.063	2.656
6.01.07	Valor justo bolsa Proies e Valor Justo Earn Out	-80.530	-119	0
6.01.08	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos e outros	-55	-1.776	0
6.01.09	Redução (aumento) C. a Rec., Outros ativos e Reemb a rec	-3.204	-7.125	-46
6.01.10	Redução (aumento) Adiant Div., Dep Jud., Imp e Contrib a Rec.	-12.986	-9.490	-68
6.01.11	Redução (aumento) Fornec., Adiant Clientes., Tit. a Pagar., Prov de riscos., Outros passivos	440	921	1.268
6.01.12	(Redução) aumento de obrigações tributárias, sociais e salários; parcelamento de impostos e contribu	11.393	3.716	949
6.01.13	Juros pagos sobre arrendamentos e empréstimos, financiamentos e debêntures	-316.220	-153.942	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	575.520	-2.486.090	-19.916
6.02.01	Aumento de capital em investida	-30.268	-8.915	-4.548
6.02.03	Aquisições de controladas líquidas dos caixas adquiridos	-3.698	-2.059.524	-10.000
6.02.05	Resgate de (investimento em) aplicações financeiras	148.787	-452.881	0
6.02.06	Rendimento de aplicações financeiras	-70.258	-62.159	0
6.02.07	Compra de ativo imobilizado	-528	-354	-6
6.02.08	Compra de ativo intangível	-40.288	-9.351	-5.362
6.02.09	Dividendos recebidos	571.773	107.094	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-336.819	2.780.510	23.033
6.03.02	Mútuos com partes relacionadas - Amortizações	17.463	-16.743	0
6.03.03	Empréstimos, financiamentos e debêntures - Captações	0	1.960.420	0
6.03.05	Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas	-73.315	-169.657	-666
6.03.07	Aumento de capital (Custo de captação	0	1.006.490	23.699
6.03.08	Dividendos pagos	-280.967	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-68.961	155.803	-5
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	155.811	8	13
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	86.850	155.811	8

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	355.907	945.259	345.387	0	-89.295	1.557.258
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	355.907	945.259	345.387	0	-89.295	1.557.258
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-345.387	-95.190	108.854	-331.723
5.04.06	Dividendos	0	0	-345.387	-95.190	0	-440.577
5.04.08	Ganho no aumento de capital de controladora	0	0	0	0	103.947	103.947
5.04.09	Opção de compra de participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	4.907	4.907
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	380.760	0	380.760
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	380.760	0	380.760
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	285.570	-285.570	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	285.570	-285.570	0	0
5.07	Saldos Finais	355.907	945.259	285.570	0	19.559	1.606.295

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	11.890	24.774	0	-14.180	-78.747	-56.263
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	11.890	24.774	0	-14.180	-78.747	-56.263
5.04	Transações de Capital com os Sócios	344.017	920.485	0	-115.129	-10.548	1.138.825
5.04.01	Aumentos de Capital	344.017	917.262	0	0	0	1.261.279
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-115.129	-575	-115.704
5.04.08	Remuneração baseada em ações	0	2.972	0	0	0	2.972
5.04.09	Aquisição de investimento	0	251	0	0	0	251
5.04.10	Opção de compra de participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	-9.973	-9.973
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	474.696	0	474.696
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	474.696	0	474.696
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	345.387	-345.387	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	196.645	-196.645	0	0
5.06.04	Dividendos propostos à disposição da assembleia	0	0	148.742	-148.742	0	0
5.07	Saldos Finais	355.907	945.259	345.387	0	-89.295	1.557.258

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.710	4.230	0	-389	0	12.551
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.710	4.230	0	-389	0	12.551
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.180	20.544	0	0	-78.747	-55.023
5.04.01	Aumentos de Capital	3.180	20.519	0	0	0	23.699
5.04.08	Remuneração baseada em ações	0	25	0	0	0	25
5.04.10	Opção de compra de participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	-78.747	-78.747
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.791	0	-13.791
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-13.791	0	-13.791
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	11.890	24.774	0	-14.180	-78.747	-56.263

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	41.105	1.722	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	571	1.722	0
7.01.02	Outras Receitas	40.534	0	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	19.643	-16.127	-1.383
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-966	-1.067	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	20.609	-15.060	-1.383
7.03	Valor Adicionado Bruto	60.748	-14.405	-1.383
7.04	Retenções	-5.596	-2.467	-424
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.477	-2.458	-424
7.04.02	Outras	-119	-9	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	55.152	-16.872	-1.807
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	687.610	752.979	-5.486
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	616.978	693.019	-5.486
7.06.02	Receitas Financeiras	70.632	59.960	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	742.762	736.107	-7.293
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	742.762	736.107	-7.293
7.08.01	Pessoal	38.137	17.102	3.147
7.08.01.01	Remuneração Direta	32.548	15.458	2.648
7.08.01.02	Benefícios	4.202	864	272
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.387	764	207
7.08.01.04	Outros	0	16	20
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.675	1.334	699
7.08.02.01	Federais	4.650	1.280	697
7.08.02.03	Municipais	25	54	2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	319.190	242.975	2.652
7.08.03.01	Juros	318.877	242.603	2.636
7.08.03.02	Aluguéis	313	372	16
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	380.760	474.696	-13.791

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	380.760	474.696	-13.791

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	7.781.200	8.368.213	339.142
1.01	Ativo Circulante	1.570.009	1.794.310	45.965
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	139.617	215.453	4.682
1.01.01.01	Caixa e Equivalente de Caixa	139.617	215.453	4.682
1.01.02	Aplicações Financeiras	744.056	769.179	14.426
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	744.056	769.179	14.426
1.01.03	Contas a Receber	581.326	690.882	25.115
1.01.03.01	Clientes	580.714	688.811	25.115
1.01.03.01.01	Clientes	533.903	609.116	13.412
1.01.03.01.02	Conta a receber com partes relacionadas	46.811	79.695	11.703
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	612	2.071	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	41.212	54.915	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	41.212	54.915	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	63.798	63.881	1.742
1.01.08.03	Outros	63.798	63.881	1.742
1.01.08.03.01	Adiantamentos diversos	26.920	44.614	1.025
1.01.08.03.02	Outros	4.878	19.267	717
1.01.08.03.03	Ativos disponíveis para venda	32.000	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	6.211.191	6.573.903	293.177
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	442.415	410.984	2.113
1.02.01.04	Contas a Receber	275.065	277.508	838
1.02.01.04.01	Clientes	27.730	35.323	838
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	247.335	242.185	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	76	47	200
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	76	47	200
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	167.274	133.429	1.075
1.02.01.10.03	Impostos e contribuições a recuperar	34.983	12.189	0
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	125.534	115.393	623

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.01.10.05	Outros ativos não circulantes	6.757	5.847	452
1.02.02	Investimentos	1.672	1.672	0
1.02.02.01	Participações Societárias	1.672	1.672	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	1.672	1.672	0
1.02.03	Imobilizado	1.209.420	1.480.020	23.920
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	415.222	466.093	11.500
1.02.03.01.01	Imobilizado em operação	415.222	466.093	11.500
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	794.198	1.013.927	12.420
1.02.03.02.01	Direito de Uso em Arrendamento	794.198	1.013.927	12.420
1.02.04	Intangível	4.557.684	4.681.227	267.144
1.02.04.01	Intangíveis	4.557.684	4.681.227	267.144
1.02.04.01.02	Intangíveis	4.557.684	4.681.227	267.144

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	7.781.200	8.368.213	339.142
2.01	Passivo Circulante	1.305.515	1.051.379	249.768
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	169.925	127.004	2.193
2.01.02	Fornecedores	132.147	154.370	10.548
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	132.147	154.370	10.548
2.01.03	Obrigações Fiscais	43.385	40.109	1.703
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	678.073	221.410	230
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	560.486	70.224	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	117.587	151.186	230
2.01.05	Outras Obrigações	281.985	508.486	235.094
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	24.423	121.629	13.843
2.01.05.02	Outros	257.562	386.857	221.251
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	79.330	134.145	17.407
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	97.376	85.996	2.583
2.01.05.02.05	Parcelamento de impostos e contribuições	13.404	13.374	0
2.01.05.02.06	Títulos e obrigações em aquisições	18.742	100.397	200.803
2.01.05.02.07	Outros passivos circulantes	48.710	52.945	458
2.02	Passivo Não Circulante	3.008.134	3.807.802	140.402
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.328.692	2.981.993	13.320
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.482.187	1.974.281	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	846.505	1.007.712	13.320
2.02.02	Outras Obrigações	204.007	308.230	105.234
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	76	3
2.02.02.02	Outros	204.007	308.154	105.231
2.02.02.02.03	Adiantamentos de cliente	9.310	5.862	0
2.02.02.02.04	Parcelamento de impostos e contribuições	44.239	53.243	0
2.02.02.02.05	Títulos e obrigações em aquisições	50.348	169.469	105.231
2.02.02.02.06	Outros passivos não circulantes	100.110	79.580	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.03	Tributos Diferidos	30.780	35.373	21.800
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	30.780	35.373	21.800
2.02.04	Provisões	444.655	482.206	48
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	444.655	482.206	48
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	444.655	482.206	48
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.467.551	3.509.032	-51.028
2.03.01	Capital Social Realizado	355.907	355.907	11.890
2.03.02	Reservas de Capital	2.806.515	2.897.033	30.009
2.03.02.07	Reservas de Capital	945.259	945.259	24.774
2.03.02.08	Participação de acionistas não controladores	1.861.256	1.951.774	5.235
2.03.04	Reservas de Lucros	285.570	345.387	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-14.180
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.559	-89.295	-78.747

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.013.823	2.823.543	19.323
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.212.757	-1.186.403	-9.164
3.03	Resultado Bruto	1.801.066	1.637.140	10.159
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.200.262	-1.235.555	-20.955
3.04.01	Despesas com Vendas	-204.097	-177.460	-1.641
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-884.867	-947.672	-17.269
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-139.959	-92.565	-1.211
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	28.661	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-17.858	-834
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	600.804	401.585	-10.796
3.06	Resultado Financeiro	-380.662	-343.856	-4.229
3.06.01	Receitas Financeiras	148.742	128.976	529
3.06.02	Despesas Financeiras	-529.404	-472.832	-4.758
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	220.142	57.729	-15.025
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	293	432.770	965
3.08.01	Corrente	-4.466	-4.545	-540
3.08.02	Diferido	4.759	437.315	1.505
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	220.435	490.499	-14.060
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	220.435	490.499	-14.060
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	380.760	474.696	-13.791
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-160.325	15.803	-269

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	220.435	490.499	-14.060
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	220.435	490.499	-14.060
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	380.760	474.696	-13.791
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-160.325	15.803	-269

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	602.450	409.094	2.028
6.01.01	Lucro (prejuízo) do exercício	220.435	490.499	-14.060
6.01.02	Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa; Atualização (reversão) depósito judicial	135.262	88.575	1.211
6.01.03	Depreciação e amortização (exceto arrendamentos); Amortização direito de uso de arrendamentos	401.531	451.068	5.138
6.01.04	Baixa de valor residual de imobilizado e intangível; Baixa direito de uso de arrendamentos	-4.427	2.401	77
6.01.06	Desp juros Empr, Finan, Debentures; Const., Atualiz. E reversao prov Risco; Desp Financ Arrend; Rec	526.830	395.439	4.608
6.01.07	Valor justo bolsa Proies e Earn Out	-89.378	16.732	0
6.01.08	IR e CS Corr e Dif; Outros	-293	-432.770	-1.483
6.01.09	Redução (aumento) C. a Rec.; Outros Ativos; Reemb a Rec Antigos proprietários	-38.293	-287.216	1.352
6.01.10	Redução (aumento) Adiant Div.; Dep Jud.; IR e CS a Recuperar	-5.962	-24.792	-928
6.01.11	(Redução) aumento de Fornec.; Adiant. Clientes; Tit a Pagar; Prov de Riscos; Outros Passivos	-150.528	-2.772	5.354
6.01.12	(Redução) aumento Obg Trib.; Sociais e Salários	42.251	7.523	1.455
6.01.13	Juros Pagos s/ Arrend. Emprést. Fianc. E Debentures	-434.978	-295.593	-696
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-151.856	-2.705.837	-17.867
6.02.01	Adiantamento para futuro aumento de capital - não controladores	-22.767	0	0
6.02.02	Aumento de capital em coligada	0	-482	0
6.02.03	Aquisições de controladas líquidas dos caixas adquiridos	-3.697	-1.975.446	-8.909
6.02.04	Caixa proveniente de investimento (controladas)	0	0	2.767
6.02.05	Resgate de (investimento em) aplicações financeiras	135.331	-534.182	-2.873
6.02.06	Rendimento de aplicações financeiras	-110.208	-96.375	-489
6.02.07	Compra de ativo imobilizado	-83.059	-63.338	-638
6.02.08	Compra de ativo intangível	-67.456	-36.014	-7.725
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-526.430	2.507.514	19.765
6.03.01	Mútuos com partes relacionadas - Captações	-105	938	0
6.03.03	Empréstimos, financiamentos e debêntures - Captações	4.926	1.960.420	0
6.03.04	Empréstimos, financiamentos e debêntures - Amortizações	-6.074	-1.601	0
6.03.05	Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas	-98.964	-225.244	-666
6.03.06	Pagamento de arrendamentos	-133.050	-153.130	-88

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.03.07	Aumento de capital (Custo de captação)	0	1.006.490	23.699
6.03.08	Dividendos pagos	-293.163	-80.359	-3.180
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-75.836	210.771	3.926
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	215.453	4.682	756
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	139.617	215.453	4.682

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	355.907	945.259	345.387	0	-89.295	1.557.258	1.951.774	3.509.032
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	355.907	945.259	345.387	0	-89.295	1.557.258	1.951.774	3.509.032
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-345.387	-95.190	108.854	-331.723	69.807	-261.916
5.04.06	Dividendos	0	0	-345.387	-95.190	0	-440.577	-10.911	-451.488
5.04.08	Ganho no aumento de capital de controladora	0	0	0	0	103.947	103.947	88.596	192.543
5.04.09	Opção de compra de participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	4.907	4.907	-4.181	726
5.04.10	Aquisição de Investimento	0	0	0	0	0	0	-3.697	-3.697
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	380.760	0	380.760	-160.325	220.435
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	380.760	0	380.760	-160.325	220.435
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	285.570	-285.570	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	285.570	-285.570	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	355.907	945.259	285.570	0	19.559	1.606.295	1.861.256	3.467.551

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	11.890	24.774	0	-14.180	-78.747	-56.263	5.235	-51.028
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	11.890	24.774	0	-14.180	-78.747	-56.263	5.235	-51.028
5.04	Transações de Capital com os Sócios	344.017	920.485	0	-115.129	-10.548	1.138.825	1.930.736	3.069.561
5.04.01	Aumentos de Capital	344.017	917.262	0	0	0	1.261.279	0	1.261.279
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-115.129	-575	-115.704	-28.034	-143.738
5.04.08	Remuneração baseada em ações	0	2.972	0	0	0	2.972	1.228	4.200
5.04.09	Aquisição de investimento	0	251	0	0	0	251	1.957.542	1.957.793
5.04.10	Opção de compra de participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	-9.973	-9.973	0	-9.973
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	474.696	0	474.696	15.803	490.499
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	474.696	0	474.696	15.803	490.499
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	345.387	-345.387	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	196.645	-196.645	0	0	0	0
5.06.04	Dividendos propostos à disposição da assembleia	0	0	148.742	-148.742	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	355.907	945.259	345.387	0	-89.295	1.557.258	1.951.774	3.509.032

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	8.710	4.230	0	-389	0	12.551	0	12.551
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.710	4.230	0	-389	0	12.551	0	12.551
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.180	20.544	0	0	-78.747	-55.023	5.504	-49.519
5.04.01	Aumentos de Capital	3.180	20.519	0	0	0	23.699	0	23.699
5.04.08	Remuneração baseada em ações	0	25	0	0	0	25	0	25
5.04.09	Aquisição de investimento	0	0	0	0	0	0	5.504	5.504
5.04.10	Opção de compra de participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	-78.747	-78.747	0	-78.747
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.791	0	-13.791	-269	-14.060
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-13.791	0	-13.791	-269	-14.060
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	11.890	24.774	0	-14.180	-78.747	-56.263	5.235	-51.028

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	3.152.528	2.867.637	18.917
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.124.996	2.926.955	20.110
7.01.02	Outras Receitas	167.491	33.247	18
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-139.959	-92.565	-1.211
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-771.742	-684.551	-8.681
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-72.005	-58.531	-637
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-699.737	-626.020	-8.044
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.380.786	2.183.086	10.236
7.04	Retenções	-436.101	-476.871	-5.138
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-401.531	-451.070	-5.138
7.04.02	Outras	-34.570	-25.801	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.944.685	1.706.215	5.098
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	148.742	128.976	529
7.06.02	Receitas Financeiras	148.742	128.976	529
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.093.427	1.835.191	5.627
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.093.427	1.835.191	5.627
7.08.01	Pessoal	1.003.245	957.411	12.332
7.08.01.01	Remuneração Direta	849.312	811.290	10.488
7.08.01.02	Benefícios	69.883	64.318	1.138
7.08.01.03	F.G.T.S.	84.050	81.446	672
7.08.01.04	Outros	0	357	34
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	324.803	-117.960	2.054
7.08.02.01	Federais	201.851	-237.967	1.381
7.08.02.02	Estaduais	22	17	0
7.08.02.03	Municipais	122.930	119.990	673
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	544.944	505.241	5.301
7.08.03.01	Juros	529.404	472.832	4.758
7.08.03.02	Aluguéis	15.540	32.409	543

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	220.435	490.499	-14.060
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	380.760	474.696	-13.791
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-160.325	15.803	-269

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Prezado Acionista,**

Apresentamos abaixo os principais números do quarto trimestre de 2023.

Receita Operacional Líquida

A receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$ 3.013,8 milhões.

Custos e Lucro Bruto

Os custos dos serviços prestados totalizaram R\$ 1.212,8 milhões, equivalente a 40% da receita operacional líquida. O lucro bruto foi de R\$ 1.801,1 milhões, equivalente a 60% da receita operacional líquida.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 884,9 milhões, representando 29% da receita operacional líquida.

Resultado Financeiro

Foram contabilizados R\$ 529,4 milhões de despesas financeiras e R\$ 148,7 milhões de receitas financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A linha de imposto de renda e contribuição social correntes foi de R\$ 4,5 milhões e de R\$ 4,8 milhões de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Lucro Líquido

A Companhia registrou um lucro líquido consolidado de R\$ 220,4 milhões, representando 7% da receita operacional líquida.

Caixa e Aplicações Financeiras

Encerramos o quarto trimestre de 2023 com uma posição de caixa e aplicações financeiras de alta liquidez de R\$ 883,7 milhões que servirão para garantir a manutenção e expansão da operação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Investimentos**

Finalizamos o quarto trimestre de 2023 com investimentos consolidados de R\$ 150,5 milhões, equivalente a 5% da receita líquida.

Empréstimos

Encerramos o quarto trimestre de 2023 com o saldo de R\$ 2.042,7 milhões em empréstimos, representado basicamente pela primeira emissão de debênture.

Declaração da Diretoria

Os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras.

Belo Horizonte, 25 de março de 2024.

Tiago Garcia Moraes
Diretor Financeiro e Relações com Investidores

Notas Explicativas

INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E
CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Inspirali Educação S.A., ("Inspirali" ou "Companhia"), foi constituída em 11 de dezembro de 2019, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, é a Holding de medicina do Ecossistema Ânima (Ânima Holding S.A. – controladora do Grupo), sendo uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto a administração de instituições de ensino de terceiro e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, às atividades de treinamento, pesquisas, consultorias e assessorias a empresas e entidades públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura.

A Inspirali Educação S.A. e suas controladas doravante serão referidas como "Grupo" para fins destas demonstrações financeiras, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As informações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

2.2.1 Demonstração do Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

2.3 Bases de consolidação e equivalência em investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo, e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle termina.

Os exercícios sociais das controladas, coligadas e controladas em conjunto são coincidentes com os da Controladora.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia mantinha as seguintes participações em controladas e coligadas:

	Participação %	
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Participações diretas</u>		
VC Network Educação S.A. ("VC Network")	55	55
Room Sistemas Interativos Ltda. ("Medroom")	100	100
SOBEPE - Sociedade Brasileira Edu. Cult. Pesquisa S.A. ("Sobepe")	100	100
IBCMED Serviços de Educação S.A. ("IBCMED") (a)	100	51
<u>Participações indiretas</u>		
AGES Empreendimentos Educacionais Ltda. ("Ages")	100	100
Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. ("Sociesc")	55	55
Instituto Ânima de Extensão Universitária Ltda. (Ânima Extensão")	55	55
Inovattus Empreendimentos e Participações Ltda. ("Inovattus")	55	55
Centro de Ensino Superior de Vespasiano Ltda. ("Faseh")	41	41
CESG - Centro de Educação Superior de Guanambi S.A. ("UniFG")	30	30
Sociedade Potiguar de Educação e Cultura Ltda. ("Apec")	55	55
FACS Serviços Educacionais Ltda. ("Unifacs")	55	55
ISCP – Sociedade Educacional Ltda. ("ISCP" ou "UAM")	55	55
IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S.A. ("IEDUC")	55	55
Brasil Educação S.A. ("Brasil")	55	55
PGP Educação S.A. ("PGP Educação")	55	55
Insegnare Educacional Ltda. ("Insegnare")	55	55
Oresidente Serviços de Cursos Preparatórios Ltda. ("Oresidente") (b)	-	51
Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde e Bem estar Ltda. ("MedPós")	51	51
AMC SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA ("AMC")	51	51
<u>Coligadas</u>		
Educa Itapevi	10	10

(a) Em 04 de julho de 2023, a controlada Inspirali assinou o contrato para a conclusão da transação com o IBCMED, exercendo a opção da aquisição da totalidade de participação. A partir dessa data, a Inspirali passa a ter 100% de participação no capital do IBCMED.

(b) Em 1º de agosto de 2023, a controlada IBCMED incorporou as quotas da sua investida Oresidente.

Notas Explicativas

2.4 Reestruturação societária e acordo de investimento

Em linha com as iniciativas de fortalecimento das práticas de governança do Grupo e dos segmentos de negócio, em especial da Inspirali, a qual detém a vertical de Medicina, iniciou-se, em 2021, uma reestruturação societária que tem por objetivo estratificar os resultados de nossas verticais e segmentos de negócio e permitir que o Grupo avalie movimentos estratégicos para seus negócios (incluindo eventuais parcerias e/ou movimentos estruturados de mercados de capitais). Todos os processos da reestruturação societária foram realizados ao valor de custo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ocorreram os seguintes atos societários (apresentados em ordem cronológica):

- Brasil: Em 1º de novembro de 2023, foi realizada a cisão parcial da Brasil com a versão da parcela cindida de seu patrimônio para a sociedade. O acervo cindido corresponde a R\$ 44.140.
- Brasil: Em 1º de novembro de 2023 aprovado o aumento do capital social da Brasil no importe R\$ 44.140, mediante a emissão de 1.910.012 (um milhão novecentas e dez mil e doze) novas ações ordinárias nominativas. As novas ações foram integralizadas, pela VC Network, mediante a transferência, para a Brasil, de 441.404 (quatrocentas e quarenta e uma mil, quatrocentas e quatro) quotas do capital social da AMC, passando assim a ser controladora de 100% das quotas da AMC.

2.5 Comparabilidade

A demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 inclui os resultados integrais de todas as investidas do Grupo. A demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não inclui os resultados integrais das investidas Oresidente e MedPós, que passaram a ser consolidados a partir de 1º de agosto de 2022 e 30 de novembro de 2022, respectivamente.

A leitura das informações financeiras deve considerar esses aspectos. Apresentamos a seguir, na forma sumarizada, as contas do resultado, na data de aquisição das empresas adquiridas no exercício de 2022:

Investidas	Data de aquisição	Resultado Consolidado em 2022		Resultado anterior ao Consolidado (não auditado)	
		Receita líquida	Lucro (Prejuízo)	Receita líquida	Lucro (Prejuízo)
Oresidente	01/08/2022	11	(2)	39	(1)
MedPós	30/11/2022	313	70	268	59

2.6 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de março de 2024.

Notas Explicativas

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS, DECLARAÇÃO DE RELEVÂNCIA E JULGAMENTOS

3.1 Julgamentos e estimativas contábeis

De acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, é exigida da Administração a realização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e seus efeitos são reconhecidos no período em que são revistas, podendo, no entanto, haver divergências entre os resultados reais e as estimativas acima citadas.

As áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que as premissas são significativas para essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são divulgadas abaixo:

3.1.1 Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes e diferidos

A Companhia reconhece o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa quando há provável disponibilidade de lucros tributáveis futuros ou quando há reconhecimento de imposto diferido passivo decorrente de combinação de negócios. Neste último caso, a empresa adquirente reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitados a 30% do saldo do tributo diferido passivo constituído.

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos com base na alíquota efetiva. Para as entidades operacionais participantes do PROUNI a alíquota efetiva é equivalente a zero e, para as entidades não participantes do PROUNI, a alíquota efetiva é de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

3.1.2 Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23/ ICPC 22)

O Grupo adota certas posições fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido que acredita estarem de acordo com a legislação vigente e cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação do departamento jurídico interno da Companhia, amparada por opinião de assessores jurídicos externos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo Grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários, o que pode resultar em as autoridades fiscais não concordarem com um ou mais destes procedimentos.

Notas Explicativas

3.1.3 Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são constituídas para todos os processos que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos do Grupo, a natureza dos processos e experiências passadas. Os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente registrados pelo valor justo na data da aquisição. A Administração acredita que essas provisões são suficientes face aos riscos assumidos e estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

3.1.4 Direito de uso de arrendamentos e arrendamentos a pagar

Os direitos de uso por meio de contratos de arrendamento envolvem o uso de premissas com elevado nível de julgamento, tais como o prazo de arrendamento e a taxa incremental de juros de financiamento.

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

A Companhia e suas controladas não têm condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Desta forma, o Grupo adotou uma taxa Brasil livre de risco ajustada pelo *spread* (taxas incrementais) sobre os empréstimos da Ânima, que é a taxa que a controladora Ânima pagaria em dívidas semelhantes nos mesmos termos, para descontar os fluxos de caixa dos pagamentos de arrendamentos. Essas taxas levam em consideração a taxa livre de risco e o prêmio de risco de crédito da controladora Ânima, ajustadas para refletir as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país e o prazo e data de início de cada contrato.

3.1.5 Perdas estimadas - contas a receber

A Companhia e suas controladas avaliam prospectivamente a estimativa para créditos de liquidação duvidosa associada às suas contas a receber. A metodologia aplicada considera se houve um aumento significativo do risco de crédito.

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9/CPC 48 para contas a receber de clientes, que exige que as perdas esperadas ao longo da vida sejam reconhecidas desde o reconhecimento inicial das contas a receber. Normalmente, são registradas pelo valor faturado ajustado pelas perdas de crédito esperadas.

Notas Explicativas

As estimativas são baseadas nas perdas incorridas nos últimos três anos. As taxas de perda históricas são então ajustadas para refletir informações atuais e futuras sobre fatores macroeconômicos que podem afetar a capacidade dos alunos de liquidar os recebíveis. A Companhia e suas controladas analisam relatório setorial do mercado de educação, elaborado por empresa independente e, se necessário, ajusta as taxas históricas de perdas com base nas mudanças esperadas nesses fatores. Para mitigar o risco de crédito das contas a receber, a matrícula para o próximo semestre letivo é, em termos gerais, bloqueada para os alunos inadimplentes com empresas do Grupo.

3.1.6 **Impairment de ativos não financeiros**

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que as condições de recuperabilidade podem estar deterioradas. Outros ativos são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subseqüentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. O *impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e subjetivos, por parte da administração, em relação às projeções de fluxo de caixa descontados, que dependem de eventos econômicos futuros os quais podem diferir daqueles esperados pela Administração.

4 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados, salvo indicação do contrário.

4.1 **Consolidação**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas (via participações diretas ou indiretas) são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e os passivos contingentes assumidos na aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Notas Explicativas

Saldos e transações entre empresas do Grupo são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida ao valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, como "Lucros ou prejuízos acumulados" para posterior deliberação da assembleia de acionistas quanto à destinação destes valores.

(c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida no resultado do exercício e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas de patrimônio do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações em nome da coligada ou *joint venture* ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

4.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

Notas Explicativas

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas de avaliação quando os saldos patrimoniais são remensurados. Os ganhos e/ou perdas cambiais relacionados às transações são apresentados líquidos na demonstração do resultado.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo.

4.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor.

4.4 Ativos financeiros

4.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

(a) Ativos financeiros ao custo amortizado

Ativos financeiros ao custo amortizado são ativos mantidos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais, onde os fluxos de caixa dos ativos representam apenas pagamentos de principal e juros. A receita de juros desses ativos financeiros é registrada como receita financeira pelo método da taxa de juros efetiva. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo é reconhecido diretamente no resultado e apresentado em outras receitas (despesas). As perdas por redução ao valor recuperável são apresentadas nas despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos a partes relacionadas, contas a receber, direitos a receber por aquisições, depósitos judiciais e outros ativos.

(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos que não atendem aos critérios de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em um investimento de dívida que é subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em Outras receitas (despesas), líquidos no período em que ocorrem.

Atualmente as empresas do Grupo não possuem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

4.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

4.4.3 Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

4.4.4 *Impairment*

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

4.4.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

4.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços ou venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Notas Explicativas

4.6 Depósitos judiciais

Existem situações em que as empresas do Grupo contestam a legitimidade de determinados passivos ou ações judiciais movidas contra ela. Diante dessas impugnações, por ordem judicial ou por estratégia da Administração, os respectivos valores são depositados em juízo, sem caracterizar a liquidação do passivo.

A atualização monetária é apresentada de acordo com sua natureza no grupo de receitas ou despesas financeiras.

Alguns processos existentes antes da aquisição de algumas entidades são indenizáveis pelos antigos proprietários.

4.7 Ativos de indenização

São despesas ou indenizações de responsabilidade de ex-proprietários das empresas do Grupo ou relacionadas ao contrato de compra e venda. Os ativos de indenização têm um passivo relacionado. Os ativos de indenização são contabilizados na rubrica "Direitos a receber por aquisições" do balanço patrimonial.

4.8 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo histórico menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Terrenos e obras em andamento não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada do ativo, como segue:

	<u>Anos</u>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10-34
Edificações	25-70
Máquinas e equipamentos	10
Biblioteca e videoteca	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5
Equipamento de laboratório	10
Outros	5-10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de líquidos de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

4.9 Ativos disponíveis para venda

Os ativos não circulantes classificados como mantidos disponíveis para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de transação.

Os ativos não circulantes são classificados como disponível para venda caso o seu valor contábil seja recuperado por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda for considerada altamente provável e o ativo estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

4.10 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida têm sua amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas pela vida útil estimada dos bens. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por licenças, polos EAD e ágio, que não sofrem amortização, e são testados para redução ao valor recuperável pelo menos anualmente.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos separadamente do ágio e são registrados pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

As licenças adquiridas em combinações de negócios referem-se aos direitos de exploração de cursos e instituições de ensino. Essas licenças, polos EAD são avaliadas como tendo vida útil indefinida, uma vez que a partir do momento em que tal licença é concedida a probabilidade de perda é praticamente nula.

Licenças, polos EAD e ágio não são amortizados. A amortização de outros intangíveis é calculada pelo método linear para reduzir seu custo aos seus valores residuais ao longo de sua vida útil estimada, conforme segue:

	<u>Vida útil estimada (anos)</u>
Marcas e patentes	30
Carteira de clientes	1,5 - 4,5
Acordo de não competição	8
<i>Mailing list</i>	3
Tecnologia	5
Software	5
Desenvolvimento de conteúdo de ensino a distância	3
Credenciamento MEC	3

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis a um projeto e teste de intangíveis identificáveis, controlados pelas empresas do Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

Notas Explicativas

- É tecnicamente viável completar o intangível para que esteja disponível para uso;
- A Administração pretende completar o intangível e utilizá-lo;
- Há capacidade de usar o intangível;
- Pode ser demonstrado como o intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- Recursos técnicos, financeiros e outros adequados para completar o desenvolvimento e usar o intangível estão disponíveis ou podem ser obtidos, e;
- Os gastos atribuíveis ao intangível, durante seu desenvolvimento, podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, capitalizados como parte dos intangíveis, incluem custos com empregados e uma parte apropriada das despesas gerais. Os custos de desenvolvimento capitalizados são registrados como ativos intangíveis e amortizados ao longo de sua vida útil estimada, a partir do momento em que o ativo está pronto para uso. Outros gastos de desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa quando incorridos.

4.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao seu valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa, que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

4.12 Combinação de negócios

O método de contabilização de aquisição é usado para registrar todas as combinações de negócios, independentemente de instrumentos patrimoniais ou outros ativos a serem adquiridos. A contraprestação transferida para a aquisição de uma subsidiária compreende:

Notas Explicativas

- Valores justos dos ativos transferidos
- Passivos incorridos com os ex-proprietários do negócio adquirido
- Participações societárias emitidas pelo grupo
- Valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de contraprestação contingente, e
- Valor justo de qualquer participação societária pré-existente na subsidiária.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são, com algumas exceções, mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição. As Entidades Consolidadas reconhecem qualquer participação não controladora na entidade adquirida em uma base de aquisição por aquisição, seja pelo valor justo ou pela participação proporcional da participação não controladora nos ativos identificáveis líquidos da entidade adquirida.

O Grupo utilizou especialistas externos contratados pela Administração para apoiar na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, os quais envolvem o uso de estimativas críticas relacionadas à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente. A Administração também exerce julgamentos relevantes quanto à análise da probabilidade de perdas em contingências e aos reflexos tributários das combinações de negócios.

Os custos relacionados à aquisição são contabilizados quando incorridos.

O valor excedente entre a contraprestação transferida, o valor de qualquer participação não controladora na entidade adquirida e o valor justo na data de aquisição de qualquer participação acionária anterior na entidade adquirida em relação ao valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos, é registrado como ágio. Se esses valores forem inferiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida diretamente no resultado como compra vantajosa.

Quando a liquidação de qualquer parte da contraprestação em dinheiro é diferida, os valores a pagar no futuro são descontados ao seu valor presente na data aquisição. A contraprestação diferida é classificada como um passivo financeiro.

A contraprestação contingente é classificada como um passivo financeiro. Os valores classificados como passivo financeiro são posteriormente remensurados ao valor justo, com as variações do valor justo reconhecidas no resultado.

4.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

4.14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos ou debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que a transação esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos ou debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

4.15 Provisões para contingências

As provisões de processos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como um incremento na provisão de risco.

Uma vez que os processos judiciais, para os quais foram constituídas provisões de acordo com o IAS 37, ainda estão pendentes de decisão judicial, a Administração entende que as potenciais contrapartes não têm o direito de exigir a liquidação no prazo de doze meses. Consequentemente, essas provisões são classificadas como passivo não circulante. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

4.16 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

4.16.1 IRPJ e CSLL Corrente

Conforme descrito na nota explicativa 4.17.2, as Instituições de Ensino Superior (IES) fazem parte do Programa Universidade Para Todos ("PROUNI"), que concede às IES privadas isenção de determinados tributos federais, em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação e programas de pós-graduação em tecnologia. Estão incluídos na isenção os seguintes tributos federais: IRPJ (imposto de renda), CSLL (contribuição social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e PIS (Programa de Integração Social), relativos às receitas dos cursos de graduação tradicionais e tecnológicos.

Notas Explicativas

O imposto de renda e a CSLL a pagar são calculados com base no lucro tributável de cada empresa, ajustado com base em adições e exclusões previstas na legislação aplicável. O imposto de renda e a CSLL correntes foram calculados com base nos critérios estabelecidos em instrução normativa emitida pela Receita Federal do Brasil em relação ao PROUNI.

Os ativos e passivos de imposto de renda e CSLL correntes são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias aplicadas para calcular o valor dos tributos são aquelas que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

4.16.2 IRPJ e CSLL Diferido

Ativos de imposto de renda e CSLL diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais possam ser utilizados ou quando há reconhecimento de imposto diferido passivo decorrente de combinação de negócios. Neste último caso, a empresa adquirente reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitados a 30% do saldo do tributo diferido passivo constituído. A probabilidade da disponibilidade de lucros tributáveis futuros é baseada em projeções elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, estar sujeitos a alterações.

O imposto de renda e a CSLL diferidos são reconhecidos pelo método do passivo, sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre prejuízos fiscais. O cálculo do imposto de renda e da CSLL também considera, quando aplicável, os efeitos do para determinação da alíquota tributária a ser aplicada. Para as entidades operacionais, participantes do PROUNI, a alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo das instituições é equivalente a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los no momento da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos, em diferentes entidades, são apresentados em separado e não pelo valor líquido.

Notas Explicativas

4.17 Reconhecimento de receita

4.17.1 Mensalidades

A receita do Grupo consiste, principalmente, em mensalidades cobradas pelas empresas provedoras dos cursos de graduação e pós-graduação. No caso dos cursos de graduação, os contratos de matrícula são firmados semestralmente e, por isso, os alunos de graduação, que desejam continuar seus estudos, devem prorrogar seus contratos de matrícula a cada semestre. No caso de cursos profissionalizantes de pós-graduação e de formação continuada, o contrato de matrícula abrange todo o programa de graduação ou certificação, que pode variar em duração de três dias a 18 meses. O Grupo presta outros serviços tais como: cursos de ensino superior e profissionalizante, incluindo mestrado, doutorado e extensão, cursos de especialização, cursos preparatórios para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cursos in company, tanto em ensino presencial e à distância, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de software.

A receita relacionada às mensalidades é reconhecida linearmente ao longo do semestre letivo, quando os serviços são prestados ao aluno e a empresa provedora do curso cumpre sua obrigação de desempenho contratual por um valor que reflete a contraprestação à qual a empresa espera ter direito em troca por esses serviços. Caso o aluno desista de um curso, a empresa provedora do curso reembolsará em até 90% da primeira mensalidade, desde que o aluno desista antes do primeiro dia de aula do semestre. Caso o curso já tenha iniciado, a empresa provedora do curso poderá dispensar a mensalidade subsequente mediante o cancelamento da inscrição. Esses valores são reconhecidos líquidos de bolsas e outros descontos, comissões e impostos.

As empresas do Grupo têm responsabilidade contratual pela obrigação de prestar os serviços quando recebem adiantamentos dos alunos e da Pravalier antes da prestação dos serviços. Esses adiantamentos estão relacionados, principalmente, às mensalidades e matrículas dos anos subsequentes e são registrados como "Adiantamentos de clientes" e são reconhecidos no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia avalia a recuperabilidade das contas a receber de clientes, conforme descrito na nota explicativa 3.1.5. Os alunos não podem se inscrever novamente para a próxima sessão acadêmica sem uma resolução satisfatória de mensalidades em atraso. Se um aluno desistir de um curso, a obrigação do Grupo em realizar um reembolso depende do descrito acima. Geralmente, as obrigações de reembolso são reduzidas ao longo do período acadêmico.

4.17.2 Eventos

As receitas de congressos, fóruns, treinamentos e seminários são reconhecidas no momento em que o serviço é prestado ao cliente por um valor que reflete a contraprestação a que a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. A Companhia avalia se existem outras promessas no contrato, que são obrigações de desempenho separadas, às quais uma parte do preço da transação precisa ser alocada. Se um cliente desistir do evento ou o evento for cancelado, a obrigação da empresa provedora dos serviços de emitir um reembolso depende da política de reembolso para esse evento e do momento da desistência do cliente. Tal reembolso só é possível antes da realização do evento e ocorre de forma esporádica e ocasional. Como os principais eventos ocorrem durante o ano, a Companhia considera que os efeitos do reembolso ao cliente não são significativos.

Notas Explicativas

4.17.3 Outras receitas

Outras receitas são substancialmente decorrentes da cobrança de taxas por serviços extra-acadêmicos, tais como: emissão de histórico escolar, outros documentos de graduação, cessão de espaço, clínicas, exames complementares, entre outros. Essas receitas são reconhecidas no momento em que o serviço é prestado pelo valor que reflete a contraprestação à qual a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. As demais receitas são apresentadas líquidas dos correspondentes descontos, devoluções e impostos. Essas receitas são reconhecidas à medida que o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente, o que geralmente ocorre em um momento, quando o caixa é transferido para as entidades consolidadas, pois a maioria desses serviços ocorre esporadicamente e ocasionalmente e quase simultaneamente com seu recebimento.

4.18 Financiamento estudantil e programas de bolsas de estudo

4.18.1 FIES

O Fundo de Financiamento Estudantil ("FIES") é um programa federal instituído para fornecer financiamento a alunos matriculados em cursos de instituições privadas de ensino superior, que tenham obtido avaliação mínima satisfatória de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação ("MEC").

Sob essa estrutura básica, o FIES visa ambos os objetivos da política educacional do governo: maior acesso e melhores resultados de qualidade acadêmica. A IES recebe o benefício do programa FIES por meio de sua participação na intermediação de títulos do CFT-E (Certificado Financeiro do Tesouro), que são títulos públicos emitidos para a IES pelo Governo Federal, as quais a IES pode utilizar para compensar contribuições cobradas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e algumas outras obrigações fiscais federais. Se a IES estiver em dia com seus impostos (ou seja, possuir um certificado de liberação fiscal e não estiver envolvida em nenhuma ação relacionada a impostos com o Governo Federal, que não esteja sendo defendida em conformidade com os requisitos de títulos/cauções aplicáveis), a IES também tem a opção de vender os títulos em um leilão público realizado por um dos bancos patrocinados pelo Governo Federal.

Após mudanças iniciadas em 2014, uma nova reforma do FIES foi implementada pela Lei n. 13.530/2017, que alterou o estatuto original do FIES (Lei n. 10.260/2001). As condições atuais da oferta do FIES foram consolidadas pela primeira vez para a seleção de candidatos no primeiro semestre de 2018 (2018.1).

O programa tradicional de financiamento do FIES continua sendo oferecido aos candidatos com renda familiar de até três salários mínimos e, eliminada a carência anterior de 18 meses. O financiamento terá taxa de juros zero. O risco é suportado por um novo fundo de garantia denominado FG-FIES que pode ter aportes públicos iniciais de até R\$ 3 bilhões, e contribuições das IES que variam de 13% para o primeiro ano, entre 10% e 25% para o segundo até o quinto ano (de acordo com as variações relacionadas à inadimplência) e pelo menos 10% a partir do sexto ano. A segunda oferta de financiamento denominada P-FIES originalmente tinha duas variáveis, de acordo com as fontes de financiamento (os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional ou o BNDES). A distribuição de vagas para esta modalidade privilegia os programas oferecidos nos limites regionais correspondentes e é operada estritamente por agentes financeiros, que arcam com os riscos da operação, mas têm direito à cobrança de juros.

Notas Explicativas

Outras reformas foram implementadas em dezembro de 2019, após reivindicações do governo de que a sustentabilidade do programa deveria ser uma preocupação primordial para o programa FIES tradicional, bem como promover a meritocracia como parte dos critérios de elegibilidade. Portanto, é exigido um melhor desempenho acadêmico dos candidatos. Por outro lado, houve considerável flexibilização para o P-FIES, sendo a mais significativa a desconsideração da renda familiar do solicitante como condição de acesso ao financiamento. O P-FIES também libera os candidatos da seleção usual via ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio - exame nacional oficial e não obrigatório do ensino médio promovido pelo MEC), além de permitir que os alunos se candidatem a financiamentos a qualquer momento junto a bancos privados para obtenção de linhas de crédito, desvinculando efetivamente o P-FIES do tradicional cronograma anual do FIES e da modelagem original. A regulamentação operacional que detalha a candidatura, seleção e contratação, incluindo os valores máximos e mínimos de financiamento, foi implementada no primeiro trimestre de 2020.

As receitas e mensalidades a receber do programa FIES são registradas líquidas do desconto para manutenção do fundo FG-FIES, responsável por cobrir 90% do risco das mensalidades do FIES.

4.18.2 PROUNI

O Programa Universidade Para Todos - "PROUNI" (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005) é um programa federal de benefícios fiscais destinado a aumentar as taxas de participação de alunos de baixa renda no ensino superior. O PROUNI concede às IES privadas isenção de alguns tributos federais em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia.

Publicada no Diário Oficial da União em 7 de dezembro de 2021, a Medida Provisória ("MP") nº 1.075, de 6 de dezembro de 2021, altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e ratifica a manutenção do PROUNI. Dentre outras alterações, a Medida Provisória antecipa a renovação da adesão do programa, que ocorreria apenas em 2025. A adesão é válida por dez anos, renovável por igual período.

As IES podem aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão válido por dez anos e renovável por igual período. Este prazo de adesão inclui o número de bolsas a serem oferecidas em cada programa, unidade e turma, para cursos de graduação a serem concedidos a pessoas aptas a ingressar no ensino superior, submetidas à seleção do ENEM, com renda familiar máxima de até 3 salários mínimos por pessoa. Para aderir ao PROUNI, a instituição de ensino deve manter certa relação entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos regulares pagantes. A relação entre o número de bolsas concedidas e alunos pagantes regulares é testada anualmente. Caso esta relação não seja observada durante um determinado ano letivo, devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de forma proporcional no ano letivo seguinte.

A IES que tenha aderido ao PROUNI e se mantenha em situação regular está isenta, no todo ou em parte, dos seguintes tributos federais durante o período em que vigorar o prazo de adesão:

Notas Explicativas

- IRPJ (imposto de renda) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido), relativos à parcela do lucro líquido proporcional às receitas dos cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia; e
- PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) referentes às receitas dos cursos de graduação tradicionais e de pós-graduação em tecnologia.

A Administração elaborou cálculos para certificar o cumprimento por parte das instituições com a exigência legal e considera que tem direito ao uso do benefício em relação aos anos-calendário de 2022 e 2023.

4.19 Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros, exceto no caso de receitas de juros cobradas de mensalidades quando pagas em atraso e juros de fornecedores, em que as receitas e despesas de juros são reconhecidas somente quando cobradas.

4.20 Arrendamento

As empresas do Grupo alugam vários imóveis para fins administrativos e acadêmicos. Os contratos de arrendamento são geralmente por períodos fixos, mas podem incluir opções de extensão, então há uma natureza única para os ativos subjacentes.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamento. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamento e de outros não relacionados a arrendamento com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- Pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- Valores que se espera sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Notas Explicativas

Os pagamentos de arrendamentos são descontados a valor presente utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

O Grupo adota taxas de desconto compostas por: (i) taxa livre de risco nominal de longo prazo; (ii) spread variando de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) spread variando de acordo com o prazo de uso do ativo. A taxa nominal incremental para prazos contratuais separados por região das operações é apresentada abaixo:

Estados	% por prazos		
	0 a 8 anos	9 a 16 anos	17 a 25 anos
São Paulo	11,31% a 13,00%	12,25% a 13,15%	13,00% a 14,03%
Minas Gerais	11,37% a 12,37%	11,12% a 12,62%	-
Santa Catarina	10,31% a 12,31%	10,56% a 12,56%	10,81% a 12,81%
Bahia	12% a 13,65%	10,50% a 13,25%	11,00% a 13,00%
Rio Grande do Norte	8,24% a 13,25%	13,14%	-
Paraná	-	13,25%	-
Goiás	-	-	12,94%

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais; e
- Custos de restauração, quando aplicável.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Notas Explicativas

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo até 12 meses. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo e não pelo respectivo arrendador.

4.21 Distribuição de lucros

De acordo com o estatuto, para as sociedades por ações são garantidos aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, exceto para a controlada VC network, onde a distribuição é de 100%.

Para as empresas controladas constituídas como sociedades empresariais limitadas, a distribuição de lucros para a controladora é provisionada como um passivo nas demonstrações financeiras individuais dessas controladas somente na data em que a distribuição de lucros é aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

4.22 Transações com partes relacionadas

Os créditos e débitos com partes relacionadas correspondem a direitos e obrigações decorrentes, principalmente, de operações de crédito e acordo de rateio de custos e despesas corporativas, cujas condições financeiras são estabelecidas de comum acordo entre as entidades.

4.23 Relatório de segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela formulação das estratégias do Grupo. A apresentação dos segmentos é conforme segue:

- Inspirali Medicina – Atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina.
- Pós-graduação Medicina - Atividade atrelada à prestação de serviço de aperfeiçoamento profissional em cursos de pós-graduação (*Lato Sensu*), congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in company*, publicações de livros e revistas para os cursos de Medicina.
- Ex-Medicina - Atividade atrelada à prestação de serviços educacionais em cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional (exceto medicina), incluindo cursos de graduação, mestrado e doutorado (*Stricto Sensu*) e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância.

Notas Explicativas

A alocação de ativos por meio de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da Companhia, não traz benefício adicional na análise e gerenciamento do negócio e, por esse motivo, tais valores não são alocados.

4.24 Adoção de novas normas e práticas contábeis

Não há nenhuma nova norma ou alteração, válida para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após essa data, que afete materialmente as demonstrações financeiras do Grupo. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja vigente.

4.25 Alterações de novas normas e práticas contábeis, que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir:

Alterações vigentes para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024:

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 - IAS 1)
- Acordos de financiamento de fornecedores (alterações ao IAS 7 e IFRS 7)
- Passivo de arrendamento em um Sale and Leaseback (alterações ao IFRS 16)

A data de vigência das alterações indicadas abaixo ainda não foi definida pelo IASB:

- Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto (alterações ao CPC 36 - IFRS 10 e ao CPC 18 - IAS 28).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC, que ainda não entraram em vigor, e poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. A Administração segue em constante análise sobre possíveis novas normas que venham a lhe afetar. Ademais a Companhia não espera que a adoção das normas acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em períodos futuros. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

5 CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A composição do saldo de caixa, equivalentes e aplicações financeiras é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	11	7	41.591	25.935
Aplicações financeiras - Operações	86.839	155.804	98.026	189.518
Total do caixa e equivalentes de caixa	86.850	155.811	139.617	215.453
Aplicações financeiras - Investimento	436.511	515.040	744.056	769.179
Total das aplicações financeiras	436.511	515.040	744.056	769.179

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados pelos valores em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor do que 90 dias e que têm risco insignificante de variação no valor justo.

Notas Explicativas

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e fundos de investimento, com liquidez imediata, que têm por objetivo alocar recursos em ativos financeiros de renda fixa, que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI. Os fundos em que são aplicados tais recursos possuem liquidez diária, estão indexados à taxa DI e, por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro, não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais de contabilidade. A rentabilidade das cotas desses fundos atingiu, nos últimos doze meses, percentual médio de 95,94% do CDI (percentual médio de 100,48% em 31 de dezembro de 2022).

6 CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber mensalidades (a)	683.878	744.395
FIES - Financiamento estudantil (b)	68.244	98.578
Financiamentos (c)	132.751	133.431
Eventos, Sublocações, serviços e outros	95.098	55.200
Total	979.971	1.031.604
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (d)	(418.338)	(387.165)
Total	(418.338)	(387.165)
Total geral contas a receber	561.633	644.439
Ativo circulante	533.903	609.116
Ativo não circulante	27.730	35.323

- (a) Refere-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré-datados, cartões de créditos e cheques devolvidos. Para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e suas controladas realizaram antecipação de recebíveis e cessão de direitos fiduciários, ambos provenientes de cartão de crédito. Os valores líquidos recebidos foram R\$179.925 (R\$ 18.118 medicina e R\$ 161.807 não medicina) e R\$ 80.687 (R\$ 68.874 medicina e R\$ 11.813 não medicina) respectivamente, e as taxas de desconto pela antecipação estão entre 1,03% e 1,35% ao mês e pela cessão foi de 1,30% ao mês. Ambas as operações não possuem direito de regresso.
- (b) Refere-se a mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, líquidas de comissões (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro). O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores por meio de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo, ainda, estes créditos serem recomprados pelo Fundo.
- (c) Refere-se a mensalidades financiadas, líquidas do ajuste a valor presente, em que o aluno paga entre 33% e 65% do valor nominal de sua mensalidade durante seus estudos e o restante após formado, até completar o dobro do tempo do curso. As taxas de financiamento podem variar de 0% a 3% a.a. conforme a modalidade do contrato do aluno, o qual é corrigido pela inflação. Esta rubrica é composta pelos saldos dos financiamentos relativos ao Pravalor Gestão e Fiages (Ages). O saldo também inclui o programa Facilita, modalidade de pagamento na qual o aluno ingressante paga o valor de R\$ 49,00 nas primeiras mensalidades e a diluição da diferença para o valor integral dessas mensalidades, sem bolsas e/ou benefícios, ocorre em número de parcelas correspondentes ao prazo de duração previsto para a matriz curricular mínima regular de conclusão do curso. Em 19 de setembro de 2023 a Companhia e suas controladas celebraram instrumento de cessão de direitos creditórios relativos a financiamentos estudantis, no valor total estimado de R\$ 41.923, considerando uma inadimplência média estimada de 16,6%, taxa de desconto de 16% ao ano, comissão de 1,5% e prazo médio de 17 meses da carteira vendida. Esta cessão não possui direito de regresso. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o valor líquido recebido foi de R\$ 77.047 (R\$ 27.366 medicina e R\$ 49.681 não medicina) e baixa líquida relativa a esses financiamentos foi no montante de R\$ 74.945 (R\$ 28.592 medicina e R\$ 46.353 não medicina).

Notas Explicativas

- (d) A Companhia e suas controladas constituem perdas estimadas por meio de análise do saldo dos clientes por carteira e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerados o histórico de inadimplência, as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente calculada e avaliada. A Administração da Companhia avalia constantemente a necessidade de alteração nos percentuais de estimativa de perdas com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país.

O saldo de contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme quadro abaixo, onde, também, são demonstrados os percentuais médios de perda estimada das carteiras, por faixa de vencimento, utilizados na política da Companhia:

Consolidado					
31/12/2023					
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (a)
A vencer	258.565	(101.929)	39,42%	156.636	27,89%
Cartão de crédito	55.668	-	0,00%	55.668	9,91%
Fies	68.244	(5.766)	8,45%	62.478	11,12%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	144.117	(52.602)	36,50%	91.515	16,29%
De 91 a 180 dias	108.960	(32.968)	30,26%	75.992	13,53%
De 181 a 360 dias	119.245	(66.294)	55,59%	52.951	9,43%
De 361 a 720 dias	225.172	(158.779)	70,51%	66.393	11,82%
Total	979.971	(418.338)	42,69%	561.633	100,00%

Consolidado					
31/12/2022					
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (a)
A vencer	259.605	(95.183)	36,66%	164.422	25,51%
Cartão de crédito	139.750	-	0,00%	139.750	21,69%
Fies	98.578	(8.156)	8,27%	90.422	14,03%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	125.358	(35.496)	28,32%	89.862	13,94%
De 91 a 180 dias	116.009	(34.408)	29,66%	81.601	12,66%
De 181 a 360 dias	103.959	(64.315)	61,87%	39.644	6,15%
De 361 a 720 dias	188.345	(149.607)	79,43%	38.738	6,01%
Total	1.031.604	(387.165)	37,53%	644.439	100%

- (a) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

A movimentação das Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa nos exercícios é como segue:

Notas Explicativas

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(387.165)	(4.372)
Perdas estimadas no exercício	(139.959)	(92.566)
Efeitos de reorganização societária	-	(381.372)
Baixa Cessão Pravalor	14.715	
Títulos baixados no exercício (i)	<u>94.071</u>	<u>91.145</u>
Saldo final	<u>(418.338)</u>	<u>(387.165)</u>

(i) Refere-se a títulos baixados vencidos há mais de dois anos.

Informação complementar sobre o contas a receber de mensalidades dos alunos de medicina

O saldo de contas a receber de mensalidades compreende recebíveis relacionados a:

(i) estudantes de medicina em cursos de graduação e pós graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina;

(ii) estudantes em demais cursos de graduação, mestrado e doutorado (Stricto Sensu) e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância. Apresentamos a seguir um detalhamento complementar dos valores a receber e das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa relativos às mensalidades de estudantes de medicina e demais cursos. Essa composição não compreende os saldos relativos às contas a receber de FIES - Financiamento estudantil, Financiamentos, Eventos, Sublocações, serviços e outros.

	Consolidado		
	31/12/2023		
	Estudantes medicina	Estudantes não medicina	Total
Graduação	118.133	317.397	435.530
Pós-Graduação	7.162	32.556	39.718
Cartões	27.867	27.801	55.668
Mestrado, Doutorado, EAD e outros	-	152.962	152.962
Total	<u>153.162</u>	<u>530.716</u>	<u>683.878</u>
Graduação	118.133	317.397	435.530
Perdas estimadas (a)	<u>(48.255)</u>	<u>(173.926)</u>	<u>(222.181)</u>
Graduação líquido	69.878	143.471	213.349
Financiamento	18.709	114.042	132.751

(a) Para Estudantes de Medicina temos 28,4% e para Estudantes Não Medicina temos 45,6%, respectivamente, das perdas estimadas referentes a contas a receber vencidas em até 360 dias.

	Consolidado			
	31/12/2022			
	Estudantes medicina	Estudantes não medicina	Outros	Total
Graduação	119.079	417.581	-	536.660
Pós-Graduação, Mestrado, Doutorado, EAD	5.941	54.197	-	60.138
Cartões, cheques, outros	-	-	147.597	147.597
Total	<u>125.020</u>	<u>471.778</u>	<u>147.597</u>	<u>744.395</u>
Graduação	119.079	417.581	-	536.660
Perdas estimadas (a)	<u>(40.285)</u>	<u>(239.840)</u>	-	<u>(280.125)</u>
Graduação líquido	78.794	177.741	-	256.535

(a) Para Estudantes de Medicina temos 33,8% e para Estudantes Não Medicina temos 57,4%, respectivamente, das perdas estimadas referentes a contas a receber vencidas em até 360 dias.

Notas Explicativas

7 ADIANTAMENTOS DIVERSOS

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Colaboradores (a)	23.215	30.866
Fornecedores	3.705	13.748
Total	26.920	44.614

(a) Refere-se, principalmente, a adiantamento de férias.

8 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRRF (a)	15.159	9.048	26.687	27.234
IRPJ/CSLL (b)	-	-	2.280	1.684
Saldo Negativo IRPJ/CSLL (c)	6.481	-	40.299	31.454
PIS/COFINS/CSLL	89	80	3.955	3.470
Outros	1	-	2.974	3.262
Total	21.730	9.128	76.195	67.104
Ativo circulante	11.761	9.128	41.212	54.915
Ativo não circulante	9.969	-	34.983	12.189

(a) Refere-se, principalmente, a Imposto de Renda retido sobre rendimento das aplicações financeiras.

(b) Referem-se a valores apurados e pagos a maior (por estimativa mensal) que serão objeto de DCOMPs para quitação de outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil ("RFB") para ajuste anual da apuração do lucro real.

(c) Referem-se aos valores recuperáveis das IES que serão objeto de PER/DCOMPS para quitação de outros tributos administrados pela RFB.

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

9.1 Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O cálculo do imposto de renda e da CSLL considera, quando aplicável, os efeitos do PROUNI para determinação da alíquota tributária a ser aplicada sobre as diferenças entre bases contábil e fiscal. Para as entidades operacionais, participantes do PROUNI, a alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo de tais instituições é próxima a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos estão calculados às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente.

Ativo - A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa; entretanto, a contabilização de ativos diferidos sobre esses créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização. A Controladora possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no montante de R\$ 480.935 (R\$ 217.224, em 31 de dezembro de 2022) e, no consolidado, o montante é de R\$ 765.292 (R\$ 477.501, em 31 de dezembro de 2022), não sujeitos a prazo prescricional.

A movimentação dos saldos ativos líquidos, no exercício findo em 31 de dezembro, foi como segue:

Notas Explicativas

	Consolidado				31/12/2023
	31/12/2022	Constituição (amortização) de crédito tributário	Constituição/ Reversão de crédito tributário	Compensação imposto diferido passivo	
Imposto de renda	-	(1.826)	900	926	-
Contribuição social	-	(657)	324	333	-
Total	-	(2.483)	1.224	1.259	-

	Consolidado					31/12/2022
	31/12/2021	Combinação de negócio	Constituição/ Reversão de crédito tributário	Baixa por reestruturação societária (a)	Compensação o tributo diferido passivo	
Imposto de renda	-	48.567	34.567	(61.072)	(22.062)	-
Contribuição social	-	17.483	12.443	(21.984)	(7.942)	-
Total	-	66.050	47.010	(83.056)	(30.004)	-

Passivo - Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos alocados em combinação de negócios, que deram origem a uma obrigação fiscal diferida que será realizada na alienação do negócio ou na realização dos ativos alocados.

Em 31 de dezembro de 2023, os tributos diferidos passivos estão apresentados pelo seu valor líquido, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los no momento da apuração dos tributos correntes, sendo, em geral, relacionados com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos, em diferentes entidades, são apresentados em separado e não pelo valor líquido consolidado.

A movimentação dos saldos passivos, no exercício findo em 31 de dezembro, foi como segue:

	Consolidado				31/12/2023
	31/12/2022	Amortização de imposto diferido sobre a mais valia	Combinação de Negócio	Compensação com imposto diferido ativo	
Imposto de renda	26.009	(2.574)	122	(926)	22.631
Contribuição social	9.364	(926)	44	(333)	8.149
Total	35.373	(3.500)	166	(1.259)	30.780

	Consolidado								
	31/12/2021	Combinação de negócio	Amortização de tributo diferido sobre a mais valia	Constituição de imposto diferido sobre a mais valia	Reversão de imposto diferido sobre a mais valia	Outros	Baixa por reestruturação societária (a)	Compensação com tributo diferido ativo	31/12/2022
Imposto de renda	16.029	379.476	(22.698)	569	(568)	626	(325.363)	(22.062)	26.009
Contribuição social	5.771	136.610	(8.172)	205	(204)	226	(117.130)	(7.942)	9.364
Total	21.800	516.086	(30.870)	774	(772)	852	(442.493)	(30.004)	35.373

Notas Explicativas

(a) A Pensare, que atuava única e exclusivamente como um holding intermediária da UAM, UNP e Unifacs, foi extinta através de sua cisão e imediata incorporação dos ativos cindidos por suas controladas (UAM, UNP e Unifacs). Após esta incorporação reversa essas três instituições passaram a ser diretamente controladas pela VC Network. Como consequência deste movimento societário não há mais diferença, nessas três instituições, entre base contábil e base fiscal nessas três e, portanto, não há mais saldos de tributos diferidos a serem constituídos. Considerando que o movimento ocorreu em 1 de dezembro de 2022, todo o saldo passivo e ativo referente ao Imposto de Renda e Contribuição social diferidos dessas três empresas foi baixado contra o resultado do exercício de 2022. Os critérios utilizados para a alocação dessa reversão entre os segmentos de negócio foram revisados por firma internacional independente de auditoria e aprovados pelo Conselho de Administração da Ânima por recomendação do Comitê de Auditoria, Governança e Riscos da Companhia, além de terem sido discutidos e aprovados também pelos órgãos de governança da Inspirali.

Importante destacar que, ainda que houvesse outras diferenças temporárias, como as três instituições são entidades operacionais participantes do PROUNI, diferentemente de sua antiga holding, a alíquota a ser empregada para constituição de tributos diferidos deve ser igual a zero, já que esta é a alíquota tributária esperada na eventual realização das diferenças temporárias tributáveis.

9.2 Conciliação da taxa efetiva

A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (Prejuízo) antes de IRPJ e CSLL	380.705	472.920	220.142	57.729
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Crédito de IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal combinada	(129.440)	(160.793)	(74.848)	(19.628)
Ajustes ao resultado:				
Equivalência patrimonial	209.773	235.626	-	-
Incentivo fiscal - PROUNI (a)	-	-	133.810	217.561
Créditos tributários não constituídos (b)	(89.338)	(72.314)	(102.466)	(87.594)
Baixa de IRPJ e CSLL diferido passivo	-	-	-	359.437
Baixa Earn out	13.619	-	-	-
Amortização do ágio	-	-	44.082	(16.452)
Outras adições e exclusões	(4.559)	(743)	(285)	(20.554)
IRPJ e CSLL calculados	<u>55</u>	<u>1.776</u>	<u>293</u>	<u>432.770</u>
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	-	-	(4.466)	(4.545)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	55	1.776	4.759	437.315
Ativo	55	1.776	1.259	(36.009)
Passivo	-	-	3.500	473.324
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	0,02%	0,38%	0,13%	749,7%

- (a) Em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (alterada pela lei nº 14.350, de 25 de maio de 2022, para aperfeiçoar a sistemática de operação PROUNI), e no Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, as controladas da Companhia oferecem bolsas integrais e parciais de acordo com os critérios de seleção estabelecidos pela legislação do PROUNI, beneficiando-se das isenções fiscais do Imposto de Renda, Contribuição Social, COFINS e PIS, conforme artigo 8º da lei citada acima. Essa isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrentes da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação, e é renovada semestralmente por meio da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC.
- (b) Tais créditos não constituídos referem-se a diversas diferenças temporárias (por exemplo perdas estimadas, provisão para riscos, entre outros) sobre as quais não foram constituídos créditos tributários tendo em vista que não existe expectativa de sua realização.

Notas Explicativas

10 DIREITOS A RECEBER POR AQUISIÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Reembolsáveis por alienantes (a)	109.353	96.387
Ativos de indenização (b)	125.963	132.559
Empréstimos a terceiros (c)	<u>12.631</u>	<u>15.310</u>
Total	<u>247.947</u>	<u>244.256</u>
Ativo circulante	612	2.071
Ativo não circulante	247.335	242.185

- (a) Referem-se a valores a serem reembolsados pelos antigos controladores das entidades USJT, IEDUC, Ages, UniFG, UAM e APEC provenientes de processos judiciais, parcelamentos fiscais e contingências pagos pelas controladas da Companhia que, de acordo com o respectivo contrato de compra, são de responsabilidade dos antigos proprietários. Esses valores podem ser compensados com aluguéis ou outros pagamentos devidos aos antigos proprietários.
- (b) O Grupo registra os ativos de indenização, em contrapartida de passivos contingentes (nota explicativa 21), relacionados às aquisições de suas controladas. Nos contratos de aquisição das controladas, os vendedores concordaram, contratualmente, em indenizar o Grupo por valores que eventualmente possam vir a ser pagos em relação a passivos que são oriundos da gestão dos vendedores. Parte significativa dos ativos de indenização teve origem na aquisição da UAM e será reembolsada pelos vendedores se, e quando, as provisões referentes aos processos judiciais se tornarem devidas. Na hipótese de não serem reembolsados, os valores serão deduzidos do aluguel de imóveis que forem devidos aos vendedores, conforme previsto em contrato
- (c) Refere-se a empréstimo realizado pela controlada IEDUC à sua antiga controladora, o qual possui taxa de juros de 0,75% a.m., com prazo de vencimento até 2035. O empréstimo é garantido pelos pagamentos do arrendamento devidos aos antigos proprietários.

11 INVESTIMENTOS

As principais demonstrações financeiras das controladas diretas, coligadas e controladas em conjunto estão demonstradas a seguir:

	31/12/2023						
	Controladas via participação direta e demais participações						
	Participação no patrimônio líquido	Total de ativos	Total de passivos	(-) Demais participações (a)	Patrimônio líquido	(-) Resultado de demais participações	Resultado do exercício
VC Network (c)	55%	4.692.833	267.135	1.809.970	2.615.728	(181.594)	602.164
SOBEPE	100%	217.935	27.437	-	190.498	-	19.623
MedRoom	100%	11.270	2.404	-	8.866	-	(6.361)
IBCMED (d)	100%	29.624	22.057	-	7.567	567	1.552
Ágio (b)					<u>52.102</u>		-
					<u>2.874.761</u>		<u>616.978</u>

- (a) Refere-se à participação de acionistas minoritários.
- (b) Conforme saldo de ágio foi submetido a teste de redução ao valor recuperável ("impairment") em 31 de dezembro de 2022 e não há indicativos para 31 de dezembro de 2023.

Notas Explicativas

- (c) Refere-se à participação de 55% da Companhia no capital social da VC Network, que é representada por ações ordinárias que dão direito ao resultado líquido das operações oriundas dos cursos de Medicina. Caso, no encerramento do exercício, o resultado das operações não relacionadas à graduação de medicina impacte a distribuição do resultado da VC Network, a Ânima indenizará a Inspirali referente a este impacto e vice-versa. Os critérios de rateio para apuração dos resultados das operações na VC Network foram revisados por firma independente de auditoria e aprovados pelos órgãos de governança da Inspirali e pelo Conselho de Administração da Ânima por recomendação do Comitê de Auditoria, Governança e Riscos da Companhia, por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Em decorrência do acordo de indenização assinado entre a Inspirali e Ânima Holding, a VC Network recebeu, da Ânima Holding, adiantamentos para futuro aumento de capital, um no montante de R\$ 86.000 em moeda corrente, e outro no montante de R\$ 215.311, referente à cessão de dividendos a receber da Inspirali e Sobepe. Em setembro de 2023, foi realizada a devolução de parte destes adiantamentos para futuro aumento de capital no valor de R\$108.768, tendo sido o valor remanescente, R\$ 192.543, integralizado em 1º de novembro de 2023, conforme deliberado pela assembleia da VC Network na data, mediante aumento de capital, realizado com ágio na emissão de ações no valor de R\$188.994, gerando um ganho de R\$103.947 no investimento da Inspirali na VC Network.

Ainda, como parte do acordo de indenização, foi realizada a extinção de crédito da Ânima Holding com a Inspirali, no valor de R\$ 40.475, reconhecida diretamente no resultado do exercício (nota explicativa 25).

- (d) Em 04 de julho de 2023, a Inspirali exerceu sua opção da aquisição dos 49% restante desta investida, tornando-se detentora da totalidade de suas ações. O resultado de acionistas não controladores corresponde ao resultado anterior a conclusão da operação de aquisição da participação integral do IBCMED.

Movimentação dos saldos no exercício:

	Controladora							Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Aquisição	Distribuição de dividendos	Ágio		
VC Network	2.325.849	108.285	602.164	-	(420.570)	-	2.615.728	
SOBEPE	169.679	17.430	19.623	-	(16.234)	-	190.498	
MedRoom	6.727	8.500	(6.361)	-	-	-	8.866	
IBCMED	5.694	-	1.552	1.317	(3.377)	2.381	7.567	
Ágio	52.102	-	-	-	-	-	52.102	
Total	2.560.051	134.215	616.978	1.317	(440.181)	2.381	2.874.761	

	Controladora								
	Saldo em 31/12/2021	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Distribuição de dividendos (b)	Ágio	Reestruturação societária (a)	Transferência	Saldo em 31/12/2022
VC Network	-	255.040	683.699	1.479	(714.369)	-	2.100.000	-	2.325.849
SOBEPE	165.092	29	14.312	45	(9.799)	-	-	-	169.679
MedRoom	5.918	7.362	(6.553)	-	-	-	-	-	6.727
IBCMED	5.448	-	1.561	(575)	(1.624)	-	-	884	5.694
Ágio	58.665	-	-	-	-	(5.679)	-	(884)	52.102
Total	235.123	262.431	693.019	949	(725.792)	(5.679)	2.100.000	-	2.560.051

- (a) Refere-se à alienação da participação detida pela controladora na VC Network no montante de R\$ 2.100.000, bem como o aumento de capital da controladora na Inspirali com ações da VC Network.
- (b) O valor de R\$ (714.553) da VC Network refere-se a distribuição de dividendos 2021 no valor de (R\$ 30.658), e distribuição de dividendos 2022 no valor de (R\$ 683.894).

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2021	Reorganização societária	Aumento de capital	Saldo em 31/12/2022
Educa Itapevi	-	1.190	482	1.672

Notas Explicativas

Total	-	1.190	482	1.672
-------	---	-------	-----	-------

Notas Explicativas

12 IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	Controladora			31/12/2022
		31/12/2023			
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	
Computadores e periféricos	20%	862	(117)	745	326
Outros	10% a 20%	27	(6)	21	27
Total		889	(123)	766	353

	Taxas anuais de depreciação	Consolidado			31/12/2022
		31/12/2023			
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,86% a 10%	468.089	(266.938)	201.151	197.191
Edificações	1,43% a 4%	55.348	(17.410)	37.938	65.374
Terrenos	-	18.982	-	18.982	34.267
Máquinas e equipamentos	10%	143.712	(125.260)	18.452	33.210
Biblioteca e videoteca	10%	104.073	(90.943)	13.130	17.993
Móveis e utensílios	10%	130.466	(102.912)	27.554	32.409
Computadores e periféricos	20%	150.865	(134.775)	16.090	13.328
Equipamentos de laboratórios	10%	152.947	(91.404)	61.543	50.926
Outros	10% a 20%	29.885	(26.261)	3.624	4.508
Imobilizado em andamento	-	16.758	-	16.758	16.887
Total		1.271.125	(855.903)	415.222	466.093

A movimentação do ativo imobilizado da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Depreciações	Saldo líquido em 31/12/2023
Computadores e periféricos	326	528	(109)	745
Outros	27	-	(6)	21
Total	353	528	(115)	766

	Controladora			
	Saldo líquido em 31/12/2021	Adições	Depreciações	Saldo líquido em 31/12/2022
Computadores e periféricos	6	327	(7)	326
Outros	-	27	-	27
Total	6	354	(7)	353

Notas Explicativas

	Consolidado							Saldo líquido em 31/12/2023
	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciações	Reclassificação	Transferências (c)	Disponível para a venda (d)	
Benfeitorias em imóveis de terceiros (a)	197.191	27.603	(11.811)	(40.917)	28.155	930	-	201.151
Edificações	65.374	-	-	(3.417)	1	-	(24.020)	37.938
Terrenos	34.267	-	-	-	-	-	(15.285)	18.982
Máquinas e equipamentos	33.210	1.142	(118)	(7.690)	(8.032)	(60)	-	18.452
Biblioteca e videoteca	17.993	8	(2)	(4.695)	(2)	(172)	-	13.130
Móveis e utensílios	32.409	3.286	(291)	(7.860)	(3)	13	-	27.554
Computadores e periféricos	13.328	8.732	(111)	(5.761)	41	(139)	-	16.090
Equipamentos de laboratórios	50.926	13.093	(431)	(10.219)	7.887	287	-	61.543
Outros	4.508	604	(26)	(1.652)	190	-	-	3.624
Imobilizado em andamento (b)	16.887	28.591	(483)	-	(28.237)	-	-	16.758
				-				
Total	466.093	83.059	(13.273)	(82.211)	-	859	(39.305)	415.222

	Consolidado								
	Saldo líquido em 31/12/2021	Adições	Baixas	Efeitos de reorganização societária (d)	Combinação de negocio	Depreciações	Reclassificação	Transferências (c)	Saldo líquido em 31/12/2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros (a)	1.438	14.188	(3.433)	203.499	10	(39.899)	24.803	(3.415)	197.191
Edificações	-	-	-	69.199	-	(3.492)	-	(333)	65.374
Terrenos	-	-	-	34.267	-	-	-	-	34.267
Máquinas e equipamentos	1.504	2.417	(1.835)	47.273	29	(16.518)	244	96	33.210
Biblioteca e videoteca	1.133	123	(1.223)	23.619	-	(5.725)	83	(17)	17.993
Móveis e utensílios	1.316	5.237	(1.418)	37.081	37	(9.295)	164	(713)	32.409
Computadores e periféricos	872	3.190	(16)	15.946	-	(6.906)	262	(20)	13.328
Equipamentos de laboratórios	4.559	10.722	(186)	45.624	-	(6.937)	(21)	(2.835)	50.926
Outros	642	1.313	(78)	4.820	6	(2.131)	10	(74)	4.508
Imobilizado em andamento (b)	36	33.817	454	8.483	-	-	(25.545)	(358)	16.887
				-					
Total	11.500	71.007	(7.735)	489.811	82	(90.903)	-	(7.669)	466.093

(a) Os gastos em benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se a melhorias nos Campi das controladas da Companhia, realizadas com o intuito de ampliar as estruturas e prover maior conforto aos alunos.

Notas Explicativas

(b) O imobilizado em andamento refere-se, principalmente, aos desembolsos efetuados pelas controladas da Companhia na construção e ampliação de suas unidades de ensino que, após a conclusão das obras, são transferidos, principalmente, para a conta de benfeitorias em imóveis de terceiros e começam a sofrer depreciação.

(c) Transferências realizadas entre empresas que estão sob o controle da Inspirali para empresas que estão sob controle apenas da Ânima Holding S.A. mas que não fazem parte da Inspirali.

(d) A controlada, PGP Educação, destinou o terreno e imóvel em Pinheirinho (Curitiba-PR), com valor contábil de R\$39.306, em 30 de novembro de 2023, para ativos mantidos para venda no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Em 18 de março de 2024 a escritura de compra e venda foi lavrada, finalizando assim a transação de compra e venda do referido ativo.

O ativo classificado como mantido para venda está mensurado pelo valor justo menos os custos da transação, com base no valor de venda do contrato de R\$ 32.000. Foi reconhecida uma perda por mensuração ao valor justo, no valor de R\$7.306, diretamente no resultado. A Companhia está comprometida com a venda, e está trabalhando para que esta seja concluída dentro do prazo de um ano.

12.1 Ativos cedidos em garantia

A Companhia e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dada em garantia de processos judiciais e alguns empréstimos. Foram onerados as edificações e os terrenos do Grupo com valor contábil de aproximadamente R\$ 56.920 em 31 de dezembro de 2023 (R\$99.770, em 31 de dezembro de 2022) em tais transações.

13 DIREITO DE USO DE ARRENDAMENTOS E ARRENDAMENTOS A PAGAR

Movimentações dos saldos

A seguir estão apresentadas as movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado
Saldo em 31/12/2022	1.013.927	1.158.898	
Adição e remensuração	53.252	53.252	-
Baixa	(138.688)	(162.731)	24.043
Pagamento	-	(226.938)	-
Pagamento de multas (b)	-	(21.162)	-
Concessão de pagamentos (a)	-	(224)	224
Amortização	(134.293)	-	(134.293)
Despesa financeira	-	115.050	(115.050)
Despesa com multa (b)	-	47.947	(47.947)
Saldo em 31/12/2023	<u>794.198</u>	<u>964.092</u>	<u>(273.023)</u>
Circulante		117.587	
Não circulante	794.198	846.505	

(a) Em decorrência da pandemia da COVID-19, o Grupo renegociou determinados contratos de aluguel e obteve descontos sobre os valores contratuais acordados. Considerando o atendimento dos requisitos estabelecidos pela alteração da norma IFRS 16/CPC 06(R2) - "Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento", o Grupo adotou o expediente prático previsto na norma de registrar, até 31 de dezembro de 2023, as referidas reduções nos pagamentos dos arrendamentos, no valor de R\$ 224, diretamente no resultado do exercício, e não como uma modificação de contrato.

(b) Valor referente às multas em decorrência das devoluções de imóveis das instituições UAM, UNP, FACS, Brasil, Sociesc e Ages

Notas Explicativas

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado
Saldo em 31/12/2021	12.420	13.550	
Reorganização societária	1.079.556	1.213.939	
Adição e remensuração	195.700	195.700	
Baixa	(101.376)	(108.749)	7.373
Pagamento	-	(294.738)	
Concessão de pagamentos (a)	-	(2.412)	2.412
Amortização	(172.373)	-	(172.373)
Despesa financeira	-	141.608	(141.608)
Saldo em 31/12/2022	<u>1.013.927</u>	<u>1.158.898</u>	<u>(304.196)</u>
Circulante		151.186	
Não circulante	1.013.927	1.007.712	

Os pagamentos mínimos estimados (valor presente) para os contratos de arrendamento, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado
	31/12/2023
2025	98.035
2026	84.842
2027	62.330
Após 2027	<u>601.298</u>
Total	<u>846.505</u>

No sentido de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando do uso de técnicas de Fluxo de Caixa Descontado - FCD para fins de mensuração contábil, o Grupo apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício, projetando a inflação de 3,90% ao ano para 2024, 3,50% para os anos posteriores a 2025, conforme boletim Focus publicado em 29 de dezembro de 2023. Apresentamos na coluna "Com inflação" comparado com os montantes registrados, na coluna "Sem inflação".

	31/12/2023		
	Consolidado		
	Sem inflação	Com inflação	% Variação
Direito de uso líquido	794.198	832.351	4,80%
Passivo de arrendamento	964.092	1.007.121	4,46%
Despesa de amortização	(134.293)	(137.469)	2,36%
Despesa financeira	(115.050)	(117.737)	2,34%

Pode-se verificar que a mensuração feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescida da inflação futura projetada não produz efeitos líquidos significativos em relação ao patrimônio do Grupo.

Notas Explicativas

14 INTANGÍVEL

	Taxas anuais de amortização	Controladora			
		31/12/2023		31/12/2022	
		Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Softwares	20%	42.814	(2.041)	40.773	5.131
Conteúdo EAD	33%	12.146	(6.194)	5.952	6.707
Total		54.960	(8.235)	46.725	11.838
	Taxas anuais de amortização	Consolidado			
		31/12/2023		31/12/2022	
		Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
<i>Intangíveis em combinações de negócios</i>					
Ágio		2.678.973	-	2.678.973	2.679.090
Marcas e patentes	3,33%	439.684	(43.063)	396.621	411.510
Licença		1.165.114	-	1.165.114	1.165.114
Carteira de clientes	22% a 70%	555.723	(406.944)	148.779	282.796
Acordo de não competição	12%	-	-	-	-
Polos EAD		70.997	-	70.997	70.997
Material EAD	33% a 50%	3.669	(3.669)	-	507
Tecnologia	20%	8.448	(5.210)	3.238	4.928
Total		4.922.608	(458.886)	4.463.722	4.614.942
<i>Intangíveis reconhecidos pelo custo</i>					
Softwares	20%	146.369	(89.407)	56.962	21.045
Desenv. conteúdo EAD	33%	98.340	(69.362)	28.978	39.431
Credenciamento MEC	33%	13.552	(9.920)	3.632	3.424
Intangível em desenvolvimento		4.389	-	4.389	2.384
Direitos Autorais		1	-	1	1
		262.651	(168.689)	93.962	66.285
Total do intangível		5.185.259	(627.575)	4.557.684	4.681.227

A movimentação da controladora e do consolidado são:

	Controladora				Saldo líquido em 31/12/2023
	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	
Softwares	5.131	37.491	(39)	(1.810)	40.773
Conteúdo EAD	6.707	2.797	-	(3.552)	5.952
Total	11.838	40.288	(39)	(5.362)	46.725

	Controladora			
	Saldo líquido em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2022
Softwares	36	5.324	(229)	5.131
Conteúdo EAD	4.902	4.027	(2.222)	6.707
Total	4.938	9.351	(2.451)	11.838

Notas Explicativas

	Consolidado						Saldo líquido em 31/12/2023
	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Baixa	Amortização	Reclassificações	Transferência (b)	
<i>Intangíveis em combinações de negócios</i>							
Ágio	2.679.090	-	-	-	-	(117)	2.678.973
Marcas e patentes	411.510	-	-	(15.331)	-	442	396.621
Licença	1.165.114	-	-	-	-	-	1.165.114
Carteira de clientes	282.796	-	-	(134.063)	-	46	148.779
Polos EAD	70.997	-	-	-	-	-	70.997
Material EAD	507	-	-	(507)	-	-	-
Tecnologia	4.928	-	-	(1.690)	-	-	3.238
<i>Intangíveis reconhecidos pelo custo</i>							
Softwares	21.045	44.655	(239)	(10.245)	1.746	-	56.962
Desenv. conteúdo EAD	39.431	12.518	(1.707)	(21.171)	(93)	-	28.978
Credenciamento MEC	3.424	2.238	(10)	(2.020)	-	-	3.632
Intangível em desenvolvimento	2.384	8.045	(4.387)	-	(1.653)	-	4.389
Direitos autorais	1	-	-	-	-	-	1
Total	4.681.227	67.456	(6.343)	(185.027)	-	371	4.557.684

	Consolidado							Saldo líquido em 31/12/2022
	Saldo líquido em 31/12/2021	Adições	Baixa	Amortização	Transferência (b)	Combinação de negócio (a)	Efeitos de reorganização societária	
<i>Intangíveis em combinações de negócios</i>								
Ágio	183.912	-	-	-	-	(67.423)	2.562.601	2.679.090
Marcas e patentes	23.005	-	-	(13.984)	-	589	401.900	411.510
Licença	37.611	-	-	-	-	-	1.127.503	1.165.114
Carteira de clientes	8.265	-	-	(141.586)	-	2.019	414.098	282.796
Acordo de não competição	-	-	-	-	-	-	-	-
Material EAD	-	-	-	(1.810)	-	63	2.254	507
Polos EAD	-	-	-	-	-	-	70.997	70.997
Tecnologia	6.618	-	-	(1.690)	-	-	-	4.928
<i>Intangíveis reconhecidos pelo custo</i>								
Softwares	549	10.453	(4)	(9.465)	355	-	19.157	21.045
Desenv. conteúdo EAD	6.154	22.352	(2.027)	(17.226)	188	-	29.990	39.431
Credenciamento MEC	305	1.632	-	(2.031)	28	-	3.490	3.424
Cessão de Uso/Know-How	-	-	-	-	-	-	-	-
Intangível em desenvolvimento	725	1.290	(8)	-	(284)	-	661	2.384
Direitos autorais	-	-	-	-	-	1	-	1
Total	267.144	35.727	(2.039)	(187.792)	287	(64.751)	4.632.651	4.681.227

(a) Refere-se à finalização do processo de alocação do preço de compra do Grupo Laureate e IBCMED, bem como das combinações de negócios provenientes das aquisições da MedPós e Oresidente.

(b) Transferências realizadas entre as empresas que estão sob o controle da Inspirali para empresas que estão sob controle da Ânima Holding mas que não fazem parte da Inspirali.

14.1 Intangíveis identificados por Unidades Geradoras de Caixa:

Parte do valor pago nas aquisições de controladas e coligadas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida (apresentados pelo valor líquido de amortização) e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo

Notas Explicativas

	Consolidado								
	31/12/2023								
	Intangíveis amortizáveis				Intangíveis não amortizáveis				
Carteira de clientes	Acordo de não competição	Marcas e patentes	Material EAD	Tecnologia	Polos EAD	Licença	Ágio	Total Geral	
UAM	57.240	-	137.484	-	-	21.825	423.612	1.048.795	1.688.956
UNIFACS	49.189	-	68.262	-	-	24.138	298.828	577.024	1.017.441
UNP	15.333	-	49.680	-	-	18.034	191.332	242.127	516.506
Unisul	23.586	-	49.127	-	-	7.000	96.896	163.624	340.233
USJT	-	-	30.247	-	-	-	54.600	174.445	259.292
Ages e Vidam	442	-	14.694	-	-	-	37.609	125.247	177.992
Faseh	-	-	-	-	-	-	33.602	117.239	150.841
UniFG	2.980	-	-	-	-	-	19.920	83.471	106.371
SOCIESC	-	-	18.339	-	-	-	3.787	45.103	67.229
IEDUC	-	-	21.130	-	-	-	-	38.114	59.244
IBCMED	-	-	7.229	-	-	-	-	37.869	45.098
Medroom	-	-	-	-	3.238	-	-	14.235	17.473
Jangada	-	-	-	-	-	-	3.191	3.899	7.090
FACED	-	-	-	-	-	-	1.736	2.678	4.414
MedPos	8	-	429	-	-	-	-	4.590	5.027
Oresidente	-	-	-	-	-	-	-	513	513
Outras	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Total	148.778	-	396.621	-	3.238	70.997	1.165.114	2.678.973	4.463.721

14.2 Teste ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos não amortizáveis relativos ao ágio, polos EAD e às licenças foram alocados às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), para fins de teste anual de redução ao valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, revisamos nossas premissas e estimativas para todas as nossas UGC's, confrontamos nossas projeções com os dados previstos de nossas operações e não identificamos efeitos consideráveis nos resultados que poderiam resultar em uma redução de valor recuperável. Assim, como não identificamos impactos significativos que façam com que o valor contábil exceda o valor recuperável das UGC's, não houve a necessidade de reconhecimento de revisão do valor recuperável de tais ativos.

14.2.1 UGC's dos segmentos Inspirali Educação Médica e Ex-Medicina

Para estimar o valor recuperável das UGC's utilizamos como base o cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro para o exercício de 2024, aprovado pela Administração, que está amparado pelo histórico financeiro da Companhia; além da taxa de desconto, que foi embasada em premissas de mercado. O cálculo considera uma projeção de fluxo específico em termos nominais com inflação média projetada de longo prazo além das demais premissas informadas no quadro abaixo.

Adicionalmente, destacamos que utilizamos em nossas projeções, um período superior a cinco anos, por entender que as atividades dessas UGC's requerem um prazo superior para maturação dos investimentos, quando se espera que seja possível atingir o seu potencial em termos de receita e de rentabilidade, sendo a taxa de crescimento nominal da receita líquida, após o quinto ano, é próxima à estimativa de crescimento adotada pela perpetuidade, em linha com a inflação projetada de longo prazo.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das UGC's participantes do PROUNI foram:

Notas Explicativas

Premissas	
Taxa de desconto ao ano (pre-tax)	14,90%
Período de projeção	10 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	3,50%
Crescimento médio da receita ao ano	5,96%
Crescimento médio dos gastos ao ano	4,42%
Carrying amount (valor testado)	5.058.632

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das UGC's que não ofertam graduação, foram:

Premissas	
Taxa de desconto ao ano (pre-tax)	14,90%
Período de projeção	10 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	3,50%
Crescimento médio da receita ao ano	3,18%
Crescimento médio dos gastos ao ano	1,55%
Carrying amount (valor testado)	74.869

15 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Debêntures 1ª emissão (a)	560.474	1.482.187	2.042.661	69.121	1.974.270	2.043.391
Total	560.474	1.482.187	2.042.661	69.121	1.974.270	2.043.391

	Consolidado					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Debêntures 1ª emissão (a)	560.474	1.482.187	2.042.661	69.121	1.974.270	2.043.391
CEF	-	-	-	1.092	-	1.092
Santander	12	-	12	11	11	22
Total	560.486	1.482.187	2.042.673	70.224	1.974.281	2.044.505

- (a) Em 31 de março de 2022, a Inspirali finalizou a 1ª emissão de debêntures simples, com série única, no montante de R\$ 2.000.000. O custo relacionado a essa emissão totalizou R\$ 39.256. Estas debêntures têm prazo total de cinco anos, a contar da data de emissão, com pagamento do principal de forma anual, em quatro parcelas – vencendo a primeira no 24º mês e as seguintes a cada 12 meses – incidindo taxa de juros de CDI+2,60% ao ano, com pagamento de juros remuneratórios semestrais a partir da data de emissão.

Análise das cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

A primeira verificação ocorrerá com base no formulário de informações trimestrais de 31 de março de 2023 e as demais verificações serão realizadas em março de cada ano, sempre com base nos últimos 12 (doze) meses.

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Até 31 de março de 2024 (inclusive):	
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Proforma (i)	< 3,5
A partir de 31 de março de 2024:	
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Proforma	< 3,0
EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras	> 1,3

Notas Explicativas

(i) "Pro forma" é o efeito de qualquer aquisição, se efetuada a qualquer momento durante os últimos 12 (doze) meses, como se a mesma tivesse ocorrido no primeiro dia do respectivo período de cálculo, sendo que, nos casos envolvendo novas aquisições da Emissora realizadas após a assinatura desta Escritura de Emissão, o EBITDA Ajustado Pro Forma será calculado com base nas demonstrações financeiras auditadas ou não auditadas disponíveis, incluído, se for o caso, em relatórios gerenciais da controladora da Emissora elaborados a partir de balanços contábeis das empresas adquiridas.

Em relação aos covenants mencionados acima, não foram identificados descumprimentos para o período findo em 31 de dezembro de 2023.

a) As principais condições e garantias estabelecidas em contrato são como segue:

	Consolidado				
	Garantias	Taxa média de juros (anual)	Indexador	Data de início	Data de término
Debêntures 1ª emissão - Inspirali	Fiança da Brasil Educação e cessão fiduciária da totalidade dos direitos e créditos, relativos à medicina, detidos e a serem detidos pelas empresas controladas pela Inspirali.	2,6%	CDI	31/03/2022	30/03/2027
Outros empréstimos - Santander	Fiança bancária e aval cruzado com empresas do grupo / 100% dos bens adquiridos com o financiamento / Cessão fiduciária	9,6%	-	27/11/2019	13/11/2024

b) Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023		31/12/2023	
	Valor presente	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal
2025	492.083	675.446	492.083	675.446
2026	492.083	605.152	492.083	605.152
2027	<u>498.021</u>	<u>533.994</u>	<u>498.021</u>	<u>533.994</u>
Total	<u>1.482.187</u>	<u>1.814.592</u>	<u>1.482.187</u>	<u>1.814.592</u>

c) As movimentações dos saldos no exercício são como segue:

	Controladora				
	31/12/2022	Juros pagos	Juros incorridos	Custos debêntures	31/12/2023
Debêntures 1ª emissão	2.043.391	(316.220)	307.573	7.917	2.042.661
Total	<u>2.043.391</u>	<u>(316.220)</u>	<u>307.573</u>	<u>7.917</u>	<u>2.042.661</u>

	Consolidado						
	31/12/2022	Adição	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos Debêntures	31/12/2023
Debêntures 1ª emissão	2.043.391	-	-	(316.220)	307.573	7.917	2.042.661
Banco do Brasil	-	4.926	(4.926)	(60)	60	-	-
CEF	1.092	-	(1.138)	(49)	95	-	-
Santander	<u>22</u>	-	(10)	(2)	2	-	12
Total	<u>2.044.505</u>	<u>4.926</u>	<u>(6.074)</u>	<u>(316.331)</u>	<u>307.730</u>	<u>7.917</u>	<u>2.042.673</u>

Notas Explicativas**16 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E SALARIOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários	1.383	815	63.002	32.775
Férias a pagar	2.012	1.122	67.139	65.322
INSS	620	455	21.055	20.449
FGTS	204	135	7.251	7.513
Outros (a)	10.502	-	11.478	945
Total	14.721	2.527	169.925	127.004

(a) Composto principalmente por provisão para participação nos resultados.

17 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRRF (a)	1.101	916	21.826	18.423
ISS	1	58	15.506	12.559
INSS	-	-	1.258	3.153
PIS e COFINS	235	951	2.307	3.656
IRPJ / CSLL	-	-	1.871	1.398
Outros (b)	-	213	617	920
Total	1.337	2.138	43.385	40.109

(a) Refere-se principalmente a Imposto de Renda retido de funcionários.

(b) Refere-se principalmente a IPTU e IOF a recolher.

18 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos de alunos (a)	-	-	76.685	67.459
Faturamento antecipado de clientes (b)	986	-	28.069	23.827
Projetos de pesquisa	-	-	1.932	572
Total	986	-	106.686	91.858
Passivo Circulante	986	-	97.376	85.996
Passivo Não Circulante	-	-	9.310	5.862

(a) Refere-se a matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência e ao crédito dos alunos participantes do Pravalor, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Pravalor S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal, reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre o Pravalor S.A. e o aluno, sendo que este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravalor. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravalor faz o repasse antecipado de aproximadamente 93% do valor financiado no semestre do aluno para as controladas da Companhia, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação de serviço.

(b) Referem-se principalmente a recebimentos antecipados de serviços ligados a organização de feiras, congressos e exposições a serem prestados posteriormente ao recebimento. Para esta modalidade as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados.

Notas Explicativas**19 PARCELAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
PROIES (a) (e)	33.524	34.954
RFB (b)	5.960	10.503
RFB PERT LEI 13.496 (b)	10.171	10.420
ISSQN (c)	-	1.287
PGFN (b)	4.269	4.625
FGTS (d)	535	764
PRT IV (b)	1.196	1.450
Outros parcelamentos (b)	1.988	2.614
Total	<u>57.643</u>	<u>66.617</u>
Passivo circulante	13.404	13.374
Passivo não circulante	44.239	53.243

(a) PROIES: Refere-se ao parcelamento proveniente da aquisição da manutenção da Unisul pela controlada Sociesc relativo à adesão ao PROIES – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, instituído pela Lei 12.688/2012. Este programa consiste na renegociação de dívidas tributárias com o Governo Federal, convertendo até 90% dessas dívidas em bolsas de estudo e, assim, reduzindo o pagamento em espécie a 10% do total devido. O valor acima representa a parte assumida pela controlada Sociesc, referente à quitação dos 10% do saldo da dívida em espécie. A dívida negociada consiste em débitos previdenciários consolidados em 05/06/2016, parcelados em 180 parcelas, com início das amortizações em 07/2017, conforme termo de adesão deferido pela PGFN. Os procedimentos para oferta de bolsas e seleção de bolsistas foram regulamentados pela PORTARIA NORMATIVA Nº 26, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2012, alterada pela Portaria Normativa MEC nº. 9, de 17 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 20 de maio de 2013.

(b) Federais: Refere-se a parcelamentos da adquirida UniFG relativos, em sua maior parte, a contribuições sociais devidas sobre a folha de pagamento e algumas contribuições como PIS e Cofins sobre o faturamento. A Instituição mantém o parcelamento especial PERT, instituído pela Lei 13.496/17, bem como outros parcelamentos ordinários e simplificados.

(c) Municipais: Refere-se a parcelamentos de ISS da UniFG junto à Prefeitura de Guanambi, relativos a imposto devido sobre o faturamento dos anos de 2014 a 2020.

(d) FGTS: Refere-se a parcelamentos de FGTS da controlada IEDUC junto à Caixa Econômica Federal.

(e) Todas as obrigações que não possuem ligação com curso de medicina, devem ser consideradas como obrigações única e exclusivamente da acionista preferencialista, conforme acordo firmado entre os acionistas.

Segue, abaixo, cronograma de pagamento dos parcelamentos de impostos e contribuições classificados no passivo não circulante:

	Cronograma de pagamentos 31/12/2023
2025	9.122
2026	6.989
2027	6.633
Após 2027	<u>21.495</u>
Total	<u>44.239</u>

Notas Explicativas

20 TÍTULOS A PAGAR EM AQUISIÇÕES

	Índice de Correção	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Earn outs					
Aquisição da Medroom	INPC	6.749	6.563	6.749	6.563
Aquisição da MedPós	INPC	-	-	2.863	2.250
Aquisição da Ages	-	-	-	10.000	9.891
Aquisição UniFG (c)	INPC	-	-	-	24.340
Aquisição Laureate (d)	-	-	-	-	19.500
Aquisição do IBCMED (b)	-	-	38.652	-	38.652
		6.749	45.215	19.612	101.196
Parcelamentos					
Aquisição do Medroom	INPC	-	2.065	-	2.065
Aquisição Manutenção da Faced	IPCA	-	-	1	732
Aquisição do IBCMED (b)	IPCA	16.387	-	16.387	-
Aquisição Faseh Inovatus	INPC	-	-	-	1.140
Aquisição Sociesc	INPC	-	-	32.375	34.556
Aquisição da MedPós	-	-	-	-	350
Aquisição da VC Network	-	-	40.475	-	40.475
Aquisição IGEAD/ELEVEN-K (Investida da ISCP) (a)	Selic 100%	-	-	715	632
		16.387	42.540	49.478	79.950
Opção de compra					
Passivo de resgate de opção IBCMED (b)	-	-	88.720	-	88.720
		-	88.720	-	88.720
Total		23.136	176.475	69.090	269.866
Passivo circulante		11.927	49.892	18.742	100.397
Passivo não circulante		11.209	126.583	50.348	169.469

(a) Refere-se a valores a pagar aos antigos proprietários de empresas adquiridas pela Laureate.

(b) Em 04 de julho de 2023, a Inspirali Brasil assinou um contrato para a conclusão da transação com o IBCMED, onde exerceu sua opção da aquisição dos 49% restante desta investida, tornando-se detentora da totalidade de suas ações. O valor acordado pela aquisição do restante da participação, bem como para quitação de todos e quaisquer valores devidos pela Companhia aos vendedores do IBCMED, foi de R\$ 90.000, dos quais R\$ 70.000 foram pagos em 04 de julho de 2023 e os R\$ 20.000 restantes serão pagos conforme definições do contrato e corrigida pelo IPCA.

(c) O Earnout registrado da aquisição da UniFG estava vinculado a aprovação de vagas de medicina no campus de Estância, no período de 36 meses, a contar da data da aquisição. Foi realizada, no período findo em 30 de junho de 2023, a baixa do saldo, uma vez que não houve aprovação dos cursos de medicina de Estância, dentro do prazo contratual, e, conforme contrato vigente, não há mais possibilidade de pagamento.

(d) Pagamento efetuado em 30/11/2023 referente Earnout Medicina do grupo Laureate.

Os valores referentes ao PROIES – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, que estavam nesta rubrica, estão sendo apresentados nas rubricas de “Outros passivos circulantes e Outros passivos não circulantes”. O PROIES, instituído pela Lei 12.688/2012, consiste na renegociação de dívidas tributárias com o Governo Federal, convertendo até 90% dessas dívidas em bolsas de estudo e, assim, reduzindo o pagamento em espécie a 10% do total devido – o valor devido a ser quitado em caixa está reconhecido na linha de “Parcelamentos de impostos e contribuições”. O saldo reclassificado para os grupos de “outros passivos” se refere ao valor de bolsas a serem ofertadas no programa, assumidas pela controlada Sociesc, para que os vendedores da Unisul possam quitar o parcelamento PROIES. O valor das bolsas a ofertar foi mensurado a valor justo.

Notas Explicativas

Segue, abaixo, cronograma de pagamento dos títulos a pagar em aquisições:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	58.713	-	18.402
2025	5.012	36.012	10.280	47.074
2026	3.155	31.858	8.249	45.889
2027	3.042	-	7.645	39.679
Após 2027	-	-	24.174	18.425
Total	<u>11.209</u>	<u>126.583</u>	<u>50.348</u>	<u>169.469</u>

A movimentação dos saldos se deu conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	176.475	296.303	269.866	253.460
Reorganização societária	-	40.476	-	219.357
Adição	-	(5.679)	-	(5.609)
Ajuste a valor presente	8.384	4.588	12.916	11.730
Correção Monetária	556	590	3.273	6.318
Pagamento	(73.315)	(169.657)	(98.964)	(225.244)
Baixa Earn out	(40.055)	(119)	(69.297)	(119)
Atualização a valor justo de opção de compra	(8.434)	9.973	(8.229)	9.973
Extinção de débito com controladora	(40.475)	-	(40.475)	-
Saldo Final	<u>23.136</u>	<u>176.475</u>	<u>69.090</u>	<u>269.866</u>

21 DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

21.1 Provisões, líquidas dos correspondentes depósitos judiciais e ativos de indenização

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Provisões trabalhistas	95.176	98.567
Provisões tributárias	254.100	268.618
Provisões cíveis	<u>95.379</u>	<u>115.021</u>
	<u>444.655</u>	<u>482.206</u>
(-) Depósitos judiciais	<u>(125.534)</u>	<u>(115.393)</u>
	319.121	366.813
(-) Ativos de indenização (a)	<u>(125.963)</u>	<u>(132.559)</u>
Total	<u>193.158</u>	<u>234.254</u>

(a) Refere-se ao valor das provisões reconhecidas a valor justo como parte de combinação de negócios para as quais existe um ativo de indenização perante o vendedor (nota explicativa 10).

21.2 Movimentação

A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:

	Consolidado							
	31/12/2022	Adições / Reversão	Adição INSS (d)	Paga-mentos	Atualiza-ção	Compensação depósitos judiciais	Contingências vendedores	31/12/2023
Trabalhistas (a)	98.567	16.507	6.466	(21.352)	33	(4.869)	(176)	95.176
Tributárias (b)	268.618	(5.991)	-	(2.000)	1.233	-	(7.760)	254.100
Cíveis (c)	115.021	19.991	-	(38.037)	448	(4.252)	2.208	95.379
Total	<u>482.206</u>	<u>30.507</u>	<u>6.466</u>	<u>(61.389)</u>	<u>1.714</u>	<u>(9.121)</u>	<u>(5.728)</u>	<u>444.655</u>

Notas Explicativas

	Consolidado									
	31/12/2021	Efeitos de reorganização societária	Adições / Reversão	Adição INSS (d)	Paga-mentos	Atualiza-ção	Reclassi-ficação	Compensação depósitos judiciais	Contingências vendedores	31/12/2022
Trabalhistas (a)	48	107.066	(575)	10.412	(12.134)	518	1.037	(5.651)	(2.154)	98.567
Tributárias (b)	-	271.089	(7.351)	-	-	2.177	(921)	(28)	3.652	268.618
Cíveis (c)	-	140.363	(5.849)	-	(19.905)	2.228	(116)	(5.813)	4.113	115.021
Total	48	518.518	(13.775)	10.412	(32.039)	4.923	-	(11.492)	5.611	482.206

- (a) As provisões trabalhistas são constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamatórias, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas, e referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas, referentes a horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação sobre as legislações.
- (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se, principalmente, a discussões e interpretações da legislação tributária vigente que estão sendo discutidas nas esferas administrativa e judicial. As principais causas reconhecidas no exercício estão listadas abaixo:

SOCIESC: Na aquisição da SOCIESC, a Administração assumiu a discussão das obrigações tributárias relacionadas ao questionamento sobre a imunidade tributária da SOCIESC em três lides de ações ajuizadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Na data destas demonstrações financeiras, a Companhia aguarda uma decisão sobre o mérito dos casos. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a chance de perda é considerada possível. Foi constituída provisão para esses processos como parte da aquisição da SOCIESC no valor de R\$ 49.100, em dezembro de 2023 e dezembro de 2022.

UAM: a UAM é parte envolvida em processos judiciais tendo como contraparte o Ministério da Fazenda Nacional, o Município de São Paulo e a PGFN. Caso a UAM perca essas ações, para alguns casos a controlada será indenizada de acordo com as disposições constantes nos contratos de compra da UAM. Na hipótese de não serem reembolsados, tais valores serão deduzidos de aluguel de imóveis a pagar aos antigos proprietários. Como parte da aquisição do Grupo Laureate foi constituída uma provisão para esses processos no valor de R\$ 84.432 em dezembro de 2023 (R\$ 84.459 em 31 de dezembro 2022).

UNP: a UNP é parte envolvida em processos judiciais tendo como contraparte os municípios de Natal e Mossoró e o Ministério da Fazenda Nacional. Caso a UNP perca essas ações, para alguns casos a controlada será indenizada de acordo com as disposições constantes nos contratos de compra da UNP. Na hipótese de não serem reembolsados, tais valores serão deduzidos de aluguel de imóveis a pagar aos antigos proprietários. Como parte da aquisição do Grupo Laureate foi constituída uma provisão para esses processos no valor de R\$ 26.543 em dezembro de 2023 e em dezembro de 2022.

- (c) As provisões cíveis estão relacionadas, principalmente, ao processo judicial que solicita indenização ao Centro de Estratégia Operacional Propaganda e Publicidade e Comércio Ltda. pelo uso indevido de software pela Rede Brasileira de Educação a Distância S/C Ltda., do qual UAM, APEC e UNIMONTE faziam parte. Em 31 de dezembro de 2023, a provisão total para essa causa é de R\$ 84.186 (R\$ 80.181 em 31 de dezembro de 2022). Caso essa causa seja perdida, o valor será ressarcido pelos antigos proprietários da UAM e da APEC. Os demais saldos referem-se a processos movidos por ex-alunos, em relação à discordância de cláusulas de contrato, à cobrança e indenizações, dentre outras.
- (d) Esta provisão refere-se à diferença da cota patronal de INSS recolhida de forma gradual, conforme determinação da Lei 11.096/2005, para as entidades que aderiram ao programa PROUNI e transformaram-se de entidade sem fins lucrativos para com fins lucrativos. Esta provisão está sendo recolhida através de depósito judicial e está contabilizada no resultado na rubrica "despesas com pessoal".

21.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	68.405	44.353
Tributários (a)	412.216	109.101
Cíveis (b)	154.339	68.271
Total	634.960	221.725

Notas Explicativas

(a) Causas de cunho tributário que referem-se, principalmente a: processos de responsabilidade da Sociec que discute a imunidade tributária que envolve INSS patronal, PIS e COFINS sobre faturamento, IRPJ e CSLL totalizando aproximadamente R\$ 224.189; cobrança de ISS da UNP e FACS totalizando aproximadamente R\$ 86.000, aproximadamente R\$ 232.000 de débitos tributários da Sociesc sendo, R\$128.710 referente a constituição de contribuição das previdências patronal de janeiro de 2009 a dezembro de 2010 e R\$103.000 sobre recolhimento de ISS e pagamento de IPTU.

(b) Refere-se, majoritariamente, ao processo de improbidade administrativa relacionado a supostas irregularidades no programa PROJOVEM vinculado à SOCIESC e anulação do convênio firmado entre o Município de Vespasiano e a FASEH para cessão de Imóvel.

Todos os valores apresentados acima referem-se a processos envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos assessores jurídicos, para os quais não foi constituída provisão para perda possível estimada. Para alguns desses processos, se houver decisão judicial contra alguma Companhia e suas controladas, a responsabilidade é dos antigos proprietários das empresas adquiridas nos termos de cada contrato de compra.

Informação complementar sobre o contencioso provável e possível de alunos de medicina

	Provável - 31/12/2023		
	Medicina	Ex-Medicina	TOTAL
Trabalhistas	17.234	77.942	95.176
Tributários	99.571	154.529	254.100
Cíveis	23.612	71.767	95.379
Total	<u>140.417</u>	<u>304.238</u>	<u>444.655</u>

	Possível - 31/12/2023		
	Medicina	Ex-Medicina	TOTAL
Trabalhistas	1.683	66.722	68.405
Tributários	35.541	376.675	412.216
Cíveis	10.109	144.231	154.339
Total	<u>47.333</u>	<u>587.628</u>	<u>634.960</u>

21.4 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados no ativo não circulante e, assim como as provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	29.312	39.367
Tributários	51.339	47.465
Cíveis	<u>44.883</u>	<u>28.561</u>
Total	<u>125.534</u>	<u>115.393</u>

A movimentação dos depósitos judiciais do consolidado foi como segue:

	Consolidado					31/12/2023
	31/12/2022	Adições	Resgate	Compensação provisão	Atualização/reversão	
Trabalhistas	39.367	10.702	(16.821)	(4.869)	933	29.312
Tributários	47.465	2.334	(1.861)	-	3.401	51.339
Cíveis	<u>28.561</u>	<u>59.033</u>	<u>(38.822)</u>	<u>(4.252)</u>	<u>363</u>	<u>44.883</u>
Total	<u>115.393</u>	<u>72.069</u>	<u>(57.504)</u>	<u>(9.121)</u>	<u>4.697</u>	<u>125.534</u>

Notas Explicativas

	Consolidado							31/12/2022
	31/12/2021	Efeitos de reorganização societária	Adições	Resgate	Compensação provisão	Atualização/reversão	Reclassificação	
Trabalhistas	558	36.434	12.430	(6.484)	(5.661)	464	1.626	39.367
Tributários	-	44.348	6	-	(34)	2.996	149	47.465
Cíveis	65	30.883	13.515	(8.861)	(5.797)	531	(1.775)	28.561
Total	623	111.665	25.951	(15.345)	(11.492)	3.991	-	115.393

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDOa) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023, é composto por 355.906.781 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes a R\$355.907, cuja composição é como segue:

	Ações Ordinárias	
	31/12/2023	31/12/2022
Ações ordinárias- Ânima	266.930.086	266.930.085
Ações ordinárias- DNA Capital	88.976.695	88.976.695
Total geral de ações	355.906.781	355.906.780

b) Reservas de capital

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de capital é de R\$ 945.259 (R\$ 945.259 em 31 de dezembro de 2022).

c) Reserva de lucros

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucro é de R\$ 285.570 (R\$ 345.387 em 31 de dezembro de 2022), sendo que, deste saldo: (a) R\$ 177.779 refere-se a distribuição de dividendos; e (b) R\$ 266.704 refere-se a reserva de lucros, conforme proposta de orçamento de capital aprovada pela administração da Companhia em 25 de março de 2024.

d) Ajuste de avaliação patrimonial*Ágio em transação de capital*

Em dezembro de 2012, a Companhia adquiriu ações de suas controladas pertencentes aos respectivos acionistas não controladores, por meio de contrato de compra e venda. A perda resultante da diferença entre o valor pago e o valor patrimonial das ações da operação foi reconhecida no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Valor justo de passivo de resgate de ações

Em 23 de novembro de 2021, a Inspirali Brasil assinou contrato para aquisição de 51% das ações ordinárias do IBCMED Serviços de Educação S.A.. O contrato previa opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade, com percentuais variados ao longo do tempo, atingindo 100% de participação até 2026. O valor das parcelas anuais variáveis e opções de compra foram mensurados com base em um múltiplo do EBITDA do IBCMED do exercício anterior da opção de compra. O passivo da operação (opções de compra e venda simétricas) a valor presente foi contabilizado como "contas a pagar por aquisições" em contrapartida ao patrimônio líquido. Em 04 de julho de 2023, a Inspirali Brasil assinou um contrato para a conclusão da transação com o IBCMED, pelo qual exerceu a opção da aquisição dos 49% restantes do capital, tornando-se detentora da totalidade de suas ações.

Ganho no ágio na emissão de ações

Em 01 de novembro tivemos um ganho de R\$103.947 referente ao ágio na emissão de ações de forma desproporcional a participação no aumento de capital da VC Network.

e) Distribuição de dividendos

Os saldos de dividendos a pagar estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ânima Holding	57.626	86.347	57.626	86.347
DNA Capital	19.209	28.782	19.209	28.782
Sobepe (a)	-	-	-	17.407
VC Network (a)	-	-	-	183
UniFG (a)	-	-	2.495	654
IBCMED (a)	-	-	-	772
Total	76.835	115.129	79.330	134.145

(a) Distribuição de dividendos dos minoritários.

23 PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

	VC NETWORK	FASEH	UNIFG	IBCMED	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.902.968	24.605	18.730	5.471	1.951.774
Aquisição de ações dos acionistas não controladores (b)	-	-	-	(3.697)	(3.697)
Ganho no aumento de capital desproporcional em controlada (c)	88.596	-	-	-	88.596
Dividendos disproporcional do IBCMED	-	-	-	(2.341)	(2.341)
Dividendos ditribuídos	-	(10.911)	(1.840)	-	(12.751)
Resultado do exercício	(181.594)	13.278	7.424	567	(160.325)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>1.809.970</u>	<u>26.972</u>	<u>24.314</u>	<u>-</u>	<u>1.861.256</u>
	VC NETWORK	FASEH	UNIFG	IBCMED	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	15.370	14.494	1.385	31.249
Reorganização societária	1.903.163	-	-	-	1.903.163
Alocação final do valor justo do IBCMED (a)	-	-	-	4.699	4.699
Remuneração baseada em ações	-	-	17	-	17
Dividendos disproporcional do IBCMED	-	-	-	(1.340)	(1.340)
Dividendos ditribuídos	-	-	(654)	(772)	(1.426)
Resultado do exercício	(195)	9.235	4.873	1.499	15.412
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.902.968</u>	<u>24.605</u>	<u>18.730</u>	<u>5.471</u>	<u>1.951.774</u>

Notas Explicativas

- (a) Valor referente à alocação final do valor justo em combinação de negócios.
- (b) Em 04 de julho de 2023, a Inspirali Brasil assinou o contrato para a conclusão da transação com o IBCMED, exercendo a opção da aquisição da totalidade de participação.
- (c) Refere-se ao ganho sobre o ágio na emissão de ações desproporcional a participação no aumento de capital da VC Network que foi realizado em 1º de novembro de 2023.

Notas Explicativas**24 RECEITA LÍQUIDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS**

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de produtos e serviços	5.738.240	5.201.225
Receita FIES	200.337	228.039
Descontos em mensalidades	(2.686.291)	(2.435.221)
Impostos sobre faturamento	(111.173)	(103.412)
Comissões (a)	(122.428)	(77.774)
Ajuste a valor presente	(4.862)	10.686
Receita líquida	<u>3.013.823</u>	<u>2.823.543</u>
Reconhecimento de receita		
Reconhecida ao longo do tempo	3.007.885	2.817.173
Reconhecida no momento da prestação	5.938	6.370
	<u>3.013.823</u>	<u>2.823.543</u>

(a) Referem-se às comissões retidas pelos financiamentos FIES (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro), Pravalor e pagas aos Polos EAD.

Os descontos em mensalidade são compostos por descontos concedidos pelas controladas da Companhia, conforme abaixo demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Gratuidade PROUNI	(435.119)	(418.663)
Bolsas e descontos concedidos	(1.947.900)	(1.758.205)
Convênios com empresas	(55.268)	(53.113)
Devoluções, abatimentos e outros	(248.004)	(205.240)
Total	<u>(2.686.291)</u>	<u>(2.435.221)</u>

Notas Explicativas**25 RECEITAS E (DESPESAS) POR NATUREZA**

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Gastos com pessoal (a)		(42.685)	(19.966)	(1.162.783)	(1.123.444)
Gastos com aluguel e ocupação (b)		-	-	(58.917)	(78.706)
Gastos com serviços de terceiros		(14.494)	(12.855)	(245.248)	(261.456)
Propaganda e publicidade		(1.916)	(1.193)	(204.098)	(177.464)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	6	-	-	(139.959)	(92.566)
Despesas com depreciação	12	(115)	(7)	(82.211)	(90.903)
Despesas com amortização	14	(5.362)	(2.451)	(185.027)	(187.792)
Despesas com amortização direito de uso	13	-	-	(134.293)	(172.373)
Manutenção		-	-	(58.778)	(57.473)
Deslocamentos		-	-	(18.397)	(21.938)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	21	-	-	(32.221)	(8.164)
Impostos e taxas		(113)	(36)	(8.680)	(9.902)
Multa para devolução de imóveis	13	-	-	(47.947)	-
Baixa Earn Out	20	40.055	-	69.297	-
Extinção de débito com controladora	20	40.475	-	40.475	-
Rateio de despesa com amortização e depreciação		(119)	(9)	(34.570)	(25.801)
Outras receitas (despesas) líquidas		(4.255)	(2.450)	(109.662)	(113.976)
Total		11.471	(38.967)	(2.413.019)	(2.421.958)
Classificadas como:					
Custo dos produtos e serviços		(770)	(1.723)	(1.212.757)	(1.186.403)
Despesas comerciais		(1.916)	(1.193)	(204.097)	(177.460)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa		-	-	(139.959)	(92.565)
Despesas gerais e administrativas		(64.237)	(35.749)	(884.867)	(947.672)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		78.394	(302)	28.661	(17.858)
Total		11.471	(38.967)	(2.413.019)	(2.421.958)

- (a) Em função da baixa razoabilidade da estimativa, até o momento não estão sendo reconhecidas provisões para dissídio nas IES onde a negociação com os sindicatos ainda não foi concluída.
- (b) Referem-se, principalmente, às despesas com aluguéis com os contratos que não possuem as características para estarem dentro do escopo da norma contábil IFRS 16. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 13.

Notas Explicativas**27 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:					
Receita com aplicações financeiras		70.258	62.159	110.208	96.375
Receita com juros de mensalidades		-	-	18.498	15.611
Desconto obtido com arrendamento	13	-	-	224	2.412
Desconto obtido		27	4	411	3.266
Impostos e outras receitas		347	(2.203)	19.401	11.312
Total		70.632	59.960	148.742	128.976
Despesas financeiras:					
Despesa financeira de arrendamento	13	-	-	(115.050)	(141.608)
Despesa de juros com empréstimos		(315.490)	(236.912)	(315.647)	(242.848)
Juros de financiamento Pravalor		-	-	(35.008)	(31.774)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos		(8.940)	(5.178)	(16.189)	(18.048)
Outras despesas		5.553	(513)	(47.510)	(38.554)
Total		(318.877)	(242.603)	(529.404)	(472.832)
Resultado financeiro		(248.245)	(182.643)	(380.662)	(343.856)

Notas Explicativas 18 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A composição do saldo de partes relacionadas é como segue:

	Controladora							
	31/12/2023			31/12/2022				
	Ativo		Passivo	Resultado	Ativo		Passivo	Resultado
Contas a receber	Dividendos a receber	Fornecedores	Receitas	Contas a receber	Mútuos	Dividendos a receber	Fornecedores	Receitas
Ânima Holding	-	-	563	2.196	1.040	-	135	-
VC Network	-	267.020	-	-	-	17.463	608.097	-
ISCP	-	-	275	-	-	-	-	-
UNIFACS	-	-	164	-	-	-	-	-
Brasil Educação	-	-	127	-	-	-	-	-
SOBEPE	-	20.532	-	-	-	-	-	-
IBCMED	9.569	940	-	-	-	-	-	-
Outros	-	2.073	-	-	-	12.675	-	-
Total	9.569	290.565	1.129	2.196	1.040	17.463	620.772	135

Notas Explicativas

	Consolidado								
	31/12/2023			31/12/2022					
	Ativo		Passivo	Resultado	Ativo		Passivo		Resultado
	Contas a receber	Mútuos	Fornecedores	Receitas	Contas a receber	Mútuos	Fornecedores	Mútuos	Receitas
Ânima Holding	10.841	-	13.633	2.196	28.622	-	110.840	-	-
Unimonte	279	-	318	-	3.185	-	1.491	-	-
FACEB	37	-	5.756	-	6.020	-	5.879	-	-
Politécnico	-	-	291	-	-	-	347	-	-
Catalana	-	-	640	-	1.033	-	281	-	-
Vidam	1.071	-	109	-	2.895	-	367	-	-
UNICURITIBA	2.375	-	172	-	3.731	-	155	-	-
Escola.I.StaCatarina	93	-	-	-	261	-	168	-	-
Rede	602	-	-	-	2.381	-	12	-	-
ASPEC	278	-	3.355	-	8.338	-	-	-	-
FADERGS	884	-	-	-	3.518	-	-	-	-
IBMR	12.237	-	-	-	5.513	-	-	-	-
SOCEC	1.110	-	-	-	3.594	-	2.007	-	-
UNIRITTER	13.382	-	-	-	10.604	-	5	-	-
HSM do Brasil	354	-	-	-	-	-	-	-	-
Milton Campos	262	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	3.006	76	149	-	-	47	77	76	-
Total	46.811	76	24.423	2.196	79.695	47	121.629	76	-

Notas Explicativas

Os saldos de contas a receber e a pagar, refere-se aos rateios de custos entre as empresas do grupo.

28.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e conselheiros da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo	1.202	2.479	4.801	3.603

29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

29.1 Gerenciamento de riscos financeiros:

No curso normal das suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

(a) Risco de liquidez: é o risco que a Companhia e suas controladas possuem em uma eventual falta de recursos necessários para liquidar suas obrigações nas datas de vencimento.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

De acordo com o CPC 40 parágrafo 39, a Companhia deve divulgar uma análise de vencimento dos passivos financeiros remanescentes (principal e juros). Na tabela a seguir são demonstrados tais valores da Companhia e de suas controladas.

	Consolidado			Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	
Em 31 de dezembro de 2023:				
Fornecedores	132.147	-	-	132.147
Empréstimos, financiamentos e debêntures	746.664	1.280.598	533.994	2.561.256
Títulos a pagar em aquisição	20.929	22.733	34.467	78.129
Arrendamentos a pagar	214.150	336.093	1.170.176	1.720.419
Em 31 de dezembro de 2022:				
Fornecedores	154.370	-	-	154.370
Empréstimos, financiamentos e debêntures	318.356	1.476.251	1.164.179	2.958.786
Títulos a pagar em aquisição	111.432	132.673	103.479	347.584
Arrendamentos a pagar	253.493	503.102	1.281.196	2.037.791

b) Risco de crédito: é o risco que a Companhia e suas controladas possuem em relação ao não cumprimento pela contraparte de uma obrigação em relação a um instrumento financeiro ou contrato de cliente, ocasionando perdas financeiras. A Companhia constitui provisão para perda estimada considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

Notas Explicativas

- (i) Contas a receber: a Companhia e suas controladas pautaram suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios, limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição, fazendo com que o aluno negocie seus débitos. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus estudantes, assim como, o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.
- (ii) Instrumentos financeiros: a Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o rating da agência Fitch Rating, e de acordo com limites previamente estabelecidos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, nas datas das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, como segue:

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	5	86.850	155.811	139.617	215.453
Aplicações financeiras	5	436.511	515.040	744.056	769.179
Contas a receber	6	11	1.616	561.633	644.439
Contas a receber com partes relacionadas	28	9.569	1.040	46.811	79.695
Adiantamentos diversos	7	555	430	26.920	44.614
Créditos com partes relacionadas	28	-	17.463	76	47
Total		533.496	691.400	1.519.113	1.753.427

- (c) Risco de mercado - é o risco que a Companhia e suas controladas possuem de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilarem devido às variações nas taxas de juros, índices de correção e câmbio.
- (i) Risco de juros - a Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem variações nas taxas de juros.

A Companhia não tem contratos firmados de proteção contra esse tipo de risco, contudo, monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

Os fundos de renda fixa de crédito privado têm o objetivo de acompanhar a variação do CDI, através da alocação em papéis de renda fixa, derivativos e cotas de fundos de investimento, negociados nos mercados interno e externo, sendo vedada exposição de renda variável e alavancagem.

As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante estão demonstradas na nota explicativa 15.

Notas Explicativas

29.2 Gestão de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas e considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira.

A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	2.042.661	2.043.391	2.042.673	2.044.505
Caixa e equivalentes de caixa	5	(86.850)	(155.811)	(139.617)	(215.453)
Aplicações financeiras	5	(436.511)	(515.040)	(744.056)	(769.179)
[A] Dívida líquida		<u>1.519.300</u>	<u>1.372.540</u>	<u>1.159.000</u>	<u>1.059.873</u>
Patrimônio líquido	22	1.606.295	1.557.258	3.467.551	3.509.032
[B] Dívida líquida + Patrimônio líquido		3.125.595	2.929.798	4.626.551	4.568.905
[A/B] Índice de alavancagem financeira		<u>49%</u>	<u>47%</u>	<u>25%</u>	<u>23%</u>

29.3 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas:

(a) Valor justo versus valor contábil

Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foi identificado que empréstimos, financiamentos, debêntures, títulos a pagar e arrendamentos possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, por possuírem prazos alongados para a sua liquidação.

Os valores justos foram calculados projetando os fluxos futuros e utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos (nota explicativa 15), trazendo estes valores a valor presente utilizando as taxas médias das captações, em conformidade com as utilizadas pelo mercado.

A taxa de desconto utilizada nos passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2023, foi de 12,26% (14,11%, em 31 de dezembro de 2022).

	Nota explicativa	Controladora			
		31/12/2023		31/12/2022	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Passivos financeiros líquidos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	2.000.000	2.042.661	2.077.038	2.043.391
Títulos a pagar em aquisições	20	23.136	23.136	176.475	176.475
Total		<u>2.023.136</u>	<u>2.065.797</u>	<u>2.253.513</u>	<u>2.219.866</u>

Notas Explicativas

	Nota explicativa	Consolidado			
		31/12/2023		31/12/2022	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Passivos financeiros líquidos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	2.000.012	2.042.673	2.078.152	2.044.505
Arrendamentos a pagar	13	964.092	964.092	1.158.898	1.158.898
Títulos a pagar em aquisições	20	69.090	69.090	269.866	269.866
Total		3.033.194	3.075.855	3.506.916	3.473.269

(b) Hierarquia do Valor Justo

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas adotaram o nível 2 para todos os empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar.

29.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contrapartes sem classificação externa de crédito	11	1.616	561.633	644.439
	<u>11</u>	<u>1.616</u>	<u>561.633</u>	<u>644.439</u>
Caixas e Bancos				
Caixa	-	-	169	122
Bancos				
BBB+ (a)	-	-	-	-
AAA (a)	11	7	40.009	11.341
AA (a)-	-	-	6	12.934
A- (a)	-	-	1.407	1.538
	<u>11</u>	<u>7</u>	<u>41.591</u>	<u>25.935</u>
Aplicações financeiras - Investimento				
AAA (a)	436.511	357.023	755.234	634.353
AA (a)	-	158.017	-	168.378
A- (a)	86.839	155.804	86.848	155.966
	<u>523.350</u>	<u>670.844</u>	<u>842.082</u>	<u>958.697</u>

(a) "Rating nacional" atribuído pela agência de classificação de risco *Fitch Ratings*.

O saldo residual da rubrica "caixa e equivalentes a caixa" e "aplicações financeiras" do balanço patrimonial é dinheiro em caixa.

30 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI – 11,65% (divulgada pela CETIP), INPC – 3,71%, IPCA – 4,62%, IGPM – 3,18% (divulgados pelo IBGE)), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

Notas Explicativas

Controladora						
31/12/2023						
Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado			
			Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)	
Aplicações financeiras e Equivalentes de caixa	CDI	Alta do CDI	(523.350)	(60.970)	(76.213)	(91.455)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	Alta do CDI	2.042.661	237.970	297.463	356.955
Contas a pagar por aquisições	INPC	Alta do INPC	6.749	250	188	125
Exposição líquida - perda			1.526.060	177.250	221.438	265.625

Consolidado						
31/12/2023						
Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado			
			Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)	
Aplicações financeiras e Equivalentes de caixa	CDI	Alta do CDI	(842.082)	(98.103)	(122.628)	(147.154)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	Alta do CDI	2.042.673	237.971	297.464	356.957
Contas a pagar por aquisições	INPC	Alta do INPC	41.987	1.556	1.167	778
Contas a pagar por aquisições	IPCA	Alta do IPCA	16.388	757	568	379
Outros passivos - Bolsas PROIES a conceder	Selic	Alta da Selic	102.423	12.035	9.026	6.017
Exposição líquida - perda			1.361.389	154.216	185.597	216.977

Nesta nota, é usado somente as obrigações com indexador.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de "alta dos indexadores", pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no exercício atual por termos menos aplicações do que empréstimos e títulos a pagar.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

31 COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía apólices de seguro nas quais estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

32 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A movimentação das atividades de financiamento da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora	
	Empréstimos e financiamentos	Contas a pagar por aquisições
Saldo em 31/12/2022	2.043.391	176.475
Fluxo de caixa		
Atividades operacionais	(316.220)	-
Atividades de financiamento	-	(73.315)
	(316.220)	(73.315)
Variações sem caixa		
Juros incorridos	315.490	556
Ajuste a valor presente	-	8.384
Ajuste valor justo	-	(40.055)
Opção de compra IBCMED	-	(8.434)
Extinção de débito com controladora	-	(40.475)
	315.490	(80.024)
Saldo em 31/12/2023	<u>2.042.661</u>	<u>23.136</u>

	Consolidado			
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento direito de uso	Débitos com partes relacionadas	Contas a pagar por aquisições
Saldo em 31/12/2022	2.044.505	1.158.898	76	269.866
Fluxo de caixa				
Atividades operacionais	(316.331)	(115.050)	-	-
Atividades de financiamento	(1.148)	(133.050)	(76)	(98.964)
	(317.479)	(248.100)	(76)	(98.964)
Variações sem caixa				
Juros incorridos	315.647	162.997	-	3.273
Ajuste a valor presente	-	-	-	12.916
Ajuste valor justo	-	-	-	(69.297)
Opção de compra IBCMED	-	-	-	(8.229)
Extinção de débito com controladora	-	-	-	(40.475)
Baixa arrendamento	-	(162.731)	-	-
Adição e remensuração arrendamento	-	53.252	-	-
Descontos obtidos	-	(224)	-	-
	315.647	53.294	-	(101.812)
Saldo em 31/12/2023	<u>2.042.673</u>	<u>964.092</u>	<u>-</u>	<u>69.090</u>

Notas Explicativas

33 EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1 Alteração em participação da DNA na Inspirali

Em 16 de fevereiro de 2023, a DNA firmou um termo de ajuste de participação societária, o qual implica em um ajuste equivalente a 0,99% junto à Inspirali, controlada da Ânima, levando a DNA a uma participação total no capital da Inspirali de 25,99%.

O ajuste supracitado decorre do aumento na dívida líquida por parte da Inspirali, divergindo da composição de dívida líquida alinhada no fechamento de 31 de março de 2022, conforme acordo de investimento firmado entre as partes.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores da
Inspirali Educação S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Inspirali Educação S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento de receita

A principal fonte de receita da Companhia e de suas controladas advém da cobrança de mensalidades de alunos matriculados semestralmente nos cursos regulares de graduação, pósgraduação e cursos técnicos nas modalidades presencial e à distância. Consideramos o reconhecimento de receita como um principal assunto de auditoria, pois as receitas são decorrentes de grande volume de transações, individualmente de baixo valor, cujos controles internos estabelecidos dependem da manutenção de um adequado cadastro de alunos e precificação dos cursos ofertados e a Companhia oferece algumas modalidades de descontos e bolsas, integrais ou parciais, aos seus alunos, o que requer a existência e funcionamento de controles internos capazes de garantir que a receita esteja adequadamente reconhecida, líquida de qualquer desconto esperado.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia e suas controladas para o processo de matrículas e manutenção de tabela de preços; (ii) inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, em bases amostrais, incluindo: a) contratos de serviços firmados pelos alunos; b) documentações exigidas nas políticas da Companhia e suas controladas para cadastramento do aluno; c) comprovantes de liquidação de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; e d) relatórios de frequência de alunos; e) emissão de cobranças e registro contábil das mensalidades; (iii) seleção com base em amostras de mensalidades provenientes de alunos que são elegíveis ao PROUNI para confirmação da comprovação de adesão do aluno ao referido programa; (iv) testes de liquidação subsequente para os valores de mensalidade faturados e (v) confirmação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas nº 4.17 e nº 24. Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento de receitas da Companhia e suas controladas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 4.17 e nº 24, são aceitáveis, no contexto das

demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber

A apuração do valor da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber envolve subjetividade e alto grau de julgamento da diretoria da Companhia. A determinação do valor da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber envolve um processo com várias premissas e fatores, incluindo renegociação de dívidas, histórico de inadimplência e avaliação do ambiente macroeconômico e setorial. A relevância de alunos matriculados em conexão com programa governamental do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), responsável, em 2023, por aproximadamente 3,18% da base de alunos, requer da diretoria da Companhia julgamentos de certa complexidade no que se refere a probabilidade de recebimento futuro das mensalidades desses alunos. Adicionalmente, em função do ciclo semestral de matrícula, os alunos que permanecem inadimplentes ao final de cada semestre ou que não estão mais matriculados, trazem maior risco de perdas nas contas a receber, o que requer que sejam firmados acordos para recuperação dos créditos vencidos e julgamento para a determinação da provisão para perdas esperadas com esses acordos, que engloba não somente os alunos inadimplentes, mas também aqueles que firmaram acordos para pagamento de parcelas vencidas, que podem não ser completamente honrados. Consideramos esse um principal assunto de auditoria, pois o uso de julgamentos, premissas e fatores na apuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes pode resultar em variações significativas dessa estimativa em relação às perdas reais e esperadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento do processo para apuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes, incluindo: (i) avaliação da integridade da base de dados considerada na análise, através de testes amostrais; (ii) discussão com a diretoria a respeito das premissas adotadas na mensuração do valor recuperável do contas a receber; (iii) verificação da aderência à política de provisionamento estabelecida pela diretoria para toda a base de alunos; (iv) recálculo da provisão, incluindo o reprocessamento do aging list, aplicação dos critérios definidos pela diretoria e testes da exatidão matemática dos cálculos da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber; (v) testes das premissas da diretoria da Companhia, quais sejam, percentuais de perda esperadas baseados nas perdas históricas com contas a receber, considerando as condições atuais de mercado e as estimativas futuras ao final de cada período; (vi) confronto entre os valores apurados e contabilizados de provisão.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas na nota explicativa nº 3.1.5 e nº 6. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 3.1.5 e nº 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Teste de recuperabilidade do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida

Em decorrência das transações de combinação de negócios realizadas em exercícios anteriores, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, nos montantes de R\$ 2.678.973 e R\$ 1.236.111, respectivamente, os quais estão registrados nas demonstrações financeiras consolidadas e sujeitos a verificações anuais quanto a sua recuperabilidade (impairment).

Devido à alta subjetividade das estimativas necessárias à condução do referido teste de impairment por parte da diretoria para dar respaldo às principais premissas (tais como taxa de desconto, taxa de crescimento na perpetuidade, crescimento de receita, base de alunos, valor das mensalidades, margem bruta, custos e despesas projetadas), bem como o valor contábil do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, nos montantes acima descritos, o teste de recuperabilidade foi identificado como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) testes sobre os princípios e integridade dos modelos de fluxo de caixa futuros descontados elaborados pelo especialista da diretoria da Companhia; (ii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; (iii) teste das principais premissas utilizadas pela Companhia durante o horizonte da projeção, tais como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas para o período explícito e para a perpetuidade, o nível de investimentos de capital e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, base de alunos e mensalidades projetadas, comparando as referidas premissas com dados obtidos externamente e nossas próprias avaliações de dados relevantes, como o crescimento econômico projetado no período explícito e na perpetuidade, inflação de custos e taxas de desconto e (iv) envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão e avaliação das premissas e métodos utilizados pela Companhia para testar as taxas de desconto e avaliar o modelo que calcula os fluxos de caixa futuros.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações na nota explicativa nº 3.1.6 e nº 14. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 3.1.6 e nº 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma

perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, XX de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-015199/O

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ nº 35.822.503/0001-27
NIRE 31.300.130.835

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA, COMPLIANCE, RECURSOS HUMANOS E TRIBUTÁRIO

REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada aos 18 (dezoito) dias do mês de março do ano de 2024, às 17:00 horas, na sede social da INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A., localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Professor Mario Werneck, 1.685, Bloco R6, sala 117, CEP 30.455-610 ("Companhia").
2. PRESENÇA: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Comitê de Auditoria, Compliance, Recursos Humanos e Tributário.
3. MESA: Os trabalhos foram conduzidos pelo Sr. Tiago Garcia Moraes e secretariados pelo advogado Dr. Thiago Rodrigues Simões.
4. ORDEM DO DIA: Reuniram-se os membros do Comitê de Auditoria, Compliance, Recursos Humanos e Tributário da Companhia para deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.
5. DELIBERAÇÕES: Os membros do Comitê, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram, após exame e análise da ordem do dia, pela recomendação de aprovação dos resultados e demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.
6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos para lavratura desta ata pelo Secretário. Reaberto os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada por todos os membros do Comitê presentes: Marília Artimonte Rocca, Luiz Felipe Duarte Martins Costa e Guillermo Oscar Braunbeck.

Belo Horizonte, 18 de março de 2024.

Tiago Garcia Moraes - Presidente da Mesa
Thiago Rodrigues Simões - Secretário da Mesa

Membros presentes:

Marília Artimonte Rocca
Luiz Felipe Duarte Martins Costa
Guillermo Oscar Braunbeck

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

O Comitê de Auditoria, Compliance, Recursos Humanos e Tributário da INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório da administração e do relatório da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda. ("Auditor Independente"), e considerando as informações prestadas e documentos disponibilizados pela administração da Companhia e pelo Auditor Independente, opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os referidos documentos refletem, de forma adequada, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e recomendam a aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório da administração e do relatório do Auditor Independente pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Belo Horizonte, 18 de março de 2024.

Tiago Garcia Moraes Thiago Rodrigues Simões - Presidente da Mesa
Thiago Rodrigues Simões - Secretário da Mesa
Marília Artimonte Rocca
Luiz Felipe Duarte Martins Costa
Guillermo Oscar Braunbeck

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM 80

TIAGO GARCIA MORAES, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 26.551.426-5, expedida pela SSP/SP, inscrito no Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF") sob o nº 295.478.838-01, com endereço comercial na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Professor Mario Werneck, 1.685, Bloco R6, sala 117, CEP 30455-610, na qualidade de Diretor Financeiro da INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Professor Mario Werneck, 1.685, Bloco R6, sala 117, CEP 30455-610, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 35.822.503/0001-27 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (a) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia; e (b) reviu, discutiu e concorda com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período de 12 (doze) meses findo em 31 de dezembro de 2023.

Belo Horizonte, 25 de março de 2024.

Tiago Garcia Moraes
Diretor Financeiro e Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM 80

TIAGO GARCIA MORAES, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 26.551.426-5, expedida pela SSP/SP, inscrito no Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF") sob o nº 295.478.838-01, com endereço comercial na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Professor Mario Werneck, 1.685, Bloco R6, sala 117, CEP 30455-610, na qualidade de Diretor Financeiro da INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Professor Mario Werneck, 1.685, Bloco R6, sala 117, CEP 30455-610, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 35.822.503/0001-27 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (a) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia; e (b) reviu, discutiu e concorda com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período de 12 (doze) meses findo em 31 de dezembro de 2023.

Belo Horizonte, 25 de março de 2024.

Tiago Garcia Moraes
Diretor Financeiro e Relações com Investidores